



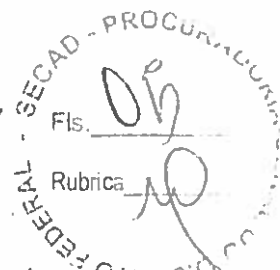
**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO.**

**URGENTE**

**DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pelos Procuradores infra-assinados, regularmente constituídos por força de lei, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no art. 4º da Lei n.º 8.437/92, formular o presente

**PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR,**



provimento jurisdicional este proferido nos autos da Ação de Conhecimento n.º **16170-13.2013.4.01.3400**, proposta pela empresa **TRANSPORTES CIDADE BRÁSILIA LTDA.** em litiscônsórcio ativo com o **CONSÓRCIO METROPOLITANO**, o qual, por sua vez, é representado naqueles autos pela empresa-líder **ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA.**, perante a 21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, que determinou a imediata suspensão dos Contratos de Concessão n.ºs 007/2013 e 008/2013, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal de 29 de abril de 2013, os quais são partes integrantes dos autos do processo licitatório deflagrado pelo Edital de Concorrência Pública n.º 01/2011-ST e cujo objeto deste é a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal. X



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

1. SÍNTESE DOS FATOS QUE CULMINARAM NA DECISÃO ORA IMPUGNADA

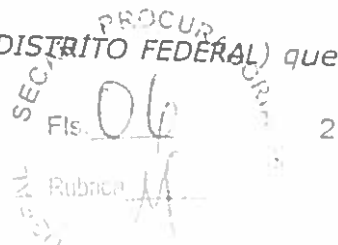
A empresa **TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA.** em litisconsórcio com o **CONSÓRCIO METROPOLITANO**, este último representado pela empresa-líder **Rota do Sol Transportes e Turismo Ltda.**, ajuizou a presente ação de conhecimento pelo rito ordinário com pedido de antecipação dos efeitos da tutela consubstanciado na suspensão da eficácia da Portaria nº 47, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, bem como a suspensão de decisão do Distrito Federal adotada com base naquela Portaria que a considerou inabilitada para participar da Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF.

Alega que a referida Portaria teve o condão de cancelar a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPD-EN) expedida em seu favor sem a observância do devido processo legal e que tal ato acarretou a sua inabilitação no procedimento licitatório voltado à contratação de delegatários do serviço de transporte público coletivo no âmbito do Distrito Federal.

Ao apreciar o pleito antecipatório, o Juiz da 21ª Vara Federal, Dr. Hamilton de Sá Dantas, valendo-se da fungibilidade prevista no §7º do artigo 273 do CPC, deferiu provimento cautelar, cuja parte dispositiva encontra-se vazada nos seguintes termos:

*"Diante do exposto e presentes os pressupostos processuais da urgência no atendimento da prestação jurisdicional e da plausibilidade do direito invocado, DEFIRO, em caráter incidental do processo ajuizado (Código de Processo Civil, art. 273, §7º), o provimento CAUTELAR para suspender a eficácia da Portaria nº47, de 26 de fevereiro de 2013, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, bem como para suspender a decisão administrativa que inabilitou o Consórcio Metropolitano na Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF.*

Determino ainda, ao segundo réu (DISTRITO FEDERAL) que





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

*mantenha em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano, receba e julgue regularmente ditas propostas, nos termos do edital." (negritos nossos).*

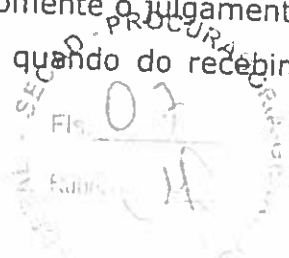
As empresas autoras voltaram aos autos às fls. 619/620 e alegaram que o Distrito Federal estaria descumprindo a decisão, ao argumento de que, ao assinar os Contratos de Concessão nº 007/2013 e 008/2013, estaria lhe prejudicando quanto aos lotes 03 e 04 do certame, respectivamente.

Intimado a se manifestar sobre essas alegações, esclareceu o Distrito Federal que quando foi intimado da citada decisão, o **CONSÓRCIO METROPOLITANO foi admitido na fase de julgamento da proposta para o Lote 01 da Concorrência pois, nos termos do Edital, era o único lote remanescente.**

Isto porque, quando o Distrito Federal foi intimado da decisão judicial em destaque, **os lotes 03 e 04 já haviam sido julgados e adjudicados às empresas vencedoras**, tendo ocorrido em momento seguinte apenas o negócio jurídico posterior e externo à licitação, que é a celebração dos respectivos contratos.

Em outro dizer, os lotes 03 e 04 não foram alcançados pela decisão judicial por **dois motivos principais:**

- 1) Quando do recebimento da decisão, os lotes 03 e 04 já haviam sido adjudicados às empresas vencedoras, revestindo-se, assim, de **atos jurídicos perfeitos e acabados**, estando encerrado o certame com relação a esses Lotes; e
- 2) A decisão judicial determinou que a proposta da parte autora fosse **julgada nos termos do Edital** e, nos termos do Edital, faltava somente o julgamento das propostas relativas ao lote 01 quando do recebimento





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

da decisão.

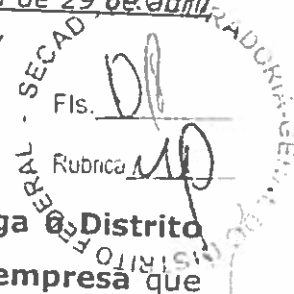
Não obstante os esclarecimentos prestados, o ilustre magistrado entendeu que houve descumprimento da determinação judicial e exarou nova decisão, cujo dispositivo é o seguinte:

*"Ante o exposto, determino nova intimação do Distrito Federal, com urgência, para que cumpra integralmente a determinação contida na decisão de fls. 423/425v., ou seja, mantenha em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano (Lotes 1, 3 e 4), receba e julgue regularmente ditas propostas, nos termos do edital, sob pena de imposição de multa por descumprimento de decisão judicial.*

*Tendo em vista que o Distrito Federal não analisou as propostas apresentadas pelo Consórcio autor e prosseguiu na licitação relativamente aos Lotes 3 e 4 descumprindo a decisão deste Juízo, determino a imediata suspensão dos Contratos de Concessão nºs 007/2013 e 008/2013, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal de 29 de abril de 2013, conforme requerido às fls. 619/620."*

A decisão assim proferida, com a devida vênia, obriga o Distrito Federal a admitir no certame Consórcio que é integrado por empresa que não atende os ditames legais e editalícios no tocante à indispensável regularidade fiscal, além de alcançar atos já exauridos da licitação anteriormente à decisão judicial, o que compromete o regular andamento da Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF e afeta gravemente o interesse público.

É justamente em face dessa decisão que ora se suplica a imediata intervenção dessa Egrégia Presidência do Colendo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, uma vez que, além de flagrante ilegitimidade, a decisão cujos efeitos





## PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

### PROCURADORIA ADMINISTRATIVA – PROCAD

ora se pede a suspensão, acaso cumprida, poderá causar **grave lesão à ordem pública administrativa e econômica.**

#### 2. DO CABIMENTO E DA COMPETÊNCIA DA SUSPENSÃO DE LIMINAR

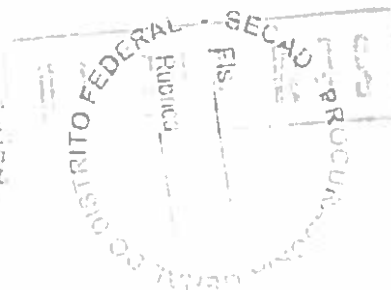
Consoante disciplina o art. 4º da Lei Federal nº 8.437/92, o Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso poderá suspender, em decisão fundamentada, a execução da liminar concedida em ações propostas contra o Poder Público, para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

Na hipótese concreta, a decisão interlocutória que pode causar grave lesão à ordem pública, administrativa e econômica foi proferida pelo magistrado da 21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, órgão jurisdicional vinculado a este Colendo Tribunal, razão pela qual não resta dúvida acerca do cabimento e da competência dessa Eminente Presidência para processar e julgar o pedido aqui formulado.

#### 3. DAS RAZÕES PARA O IMEDIATO DEFERIMENTO DO PEDIDO E, CONSEQUENTEMENTE, SUBTRAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO IMPUGNADA.

Nobre Julgador, como dito acima, o caso requer a imediata e enérgica intervenção dessa Egrégia Presidência, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo de primeira instância, se cumprida pelo Distrito Federal, trará **grave lesão à ordem econômica, social e à administrativa**, além de consubstanciar-se em um pronunciamento judicial dotado de **flagrante ilegitimidade.**

Expliquemos melhor: *f*





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA -PROCAD

**3.1 DA FLAGRANTE ILEGITIMIDADE DA TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA. FATO NOVO. A EMPRESA TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA NÃO POSSUI REGULARIDADE FISCAL.**

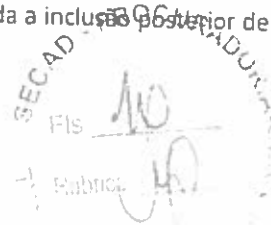
Excelência, a decisão cuja suspensão ora se requer afigura-se dotada de flagrante **ilegitimidade!**

A empresa TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA., uma das autoras da ação e integrante do CONSÓRCIO METROPOLITANO, embora tenha se insurgido contra a revogação da Portaria nº 47, da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, e que cancelou a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa (CPD-EN) expedida em seu favor, omitiu do Juízo que é responsável por débitos fiscais não tributários inscritos em Dívida Ativa que impedem a emissão de certidão negativa de débitos ou positiva com efeito de negativa.

O fato chegou ao conhecimento da Comissão de Licitação após diligência que houve por bem promover (como lhe faculta o art. 43, § 3º, da Lei nº 8.666/93.<sup>1</sup>) para esclarecer se a empresa TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA. atualmente ainda ostenta a apregoada situação regular perante a Receita Federal e a Seguridade Social e a resposta obtida revelou que a empresa não pode ser considerada regular perante aquele órgão.

Com efeito, segundo o OFÍCIO/DIGRA-DF/PRFN - 1ª Região nº 58/2013, cuja cópia segue anexa (anexo 2), a TRANSPORTE CIDADE BRASÍLIA LTDA., CNPJ Nº 08636604/0001-30, em momento posterior à antecipação de tutela obtida na ação de que se cuida, veio a ser considerada **responsável por débitos fiscais não tributários inscritos em nome de empresas coligadas e que a tornaram indubitavelmente em situação irregular perante a Procuradoria da Fazenda Nacional.**

<sup>1</sup> § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.





## PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

### PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

O **fato novo** decorre da circunstância de que aquela empresa é parte do denominado **Grupo Amaral**, havendo confusão patrimonial e financeira entre as empresas que o integram, conforme decisões judiciais proferidas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e Justiça Federal de primeira instância, pelas quais a TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA. foi incluída no polo passivo de execuções fiscais ajuizadas contra a Viação Valmir Amaral Ltda. - Viva Brasília, Santo Antonio Transporte e Turismo Ltda., Rápido Veneza Ltda. e as pessoas físicas de Dalmo Josué do Amaral, Dorival Josué do Amaral e Valmir Antonio Amaral (anexo 2).

Ocorre que as empresas do Grupo Amaral são notórias e contumazes devedoras de tributos, contribuições previdenciárias e verbas trabalhistas, de modo que a participação de empresa do Grupo na licitação para a concessão do serviço de transporte de passageiros no Distrito Federal **mostra-se temerária ao interesse público**, eis que há enorme risco de vir a ser comprometida ou até inviabilizada a prestação do serviço público considerado essencial à população local.

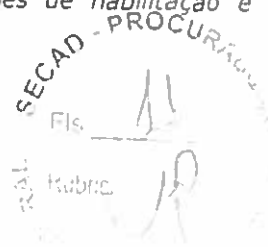
Com efeito, a licitação é o meio adequado para selecionar os licitantes em melhores condições para executar com eficiência a prestação objeto do certame licitatório e a exigência de regularidade fiscal é o que permite concluir pela sua **idoneidade e aptidão** para cumprir um futuro contrato administrativo.

Não se olvide, por outro lado, que a regularidade fiscal deve ser comprovada durante todo o procedimento licitatório e até mesmo durante toda a execução do contrato, conforme dispõe o art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93:

*"Art. 55 - São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:*

*(...)*

*XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.*





**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD**

E não se diga que a exigência de regularidade fiscal em todas as fases do procedimento careceria de razoabilidade, pois a questão já foi objeto de exame pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 394/DF, na qual afirmou a Corte o seguinte:

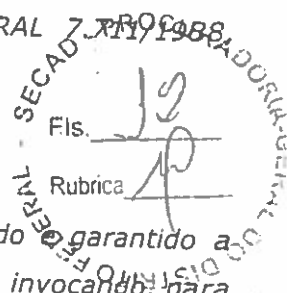
*"CONSTITUCIONAL. DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO AO JUDICIÁRIO. DIREITO DE PETIÇÃO. TRIBUTÁRIO E POLÍTICA FISCAL. REGULARIDADE FISCAL. NORMAS QUE CONDICIONAM A PRÁTICA DE ATOS DA VIDA CIVIL E EMPRESARIAL À QUITAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. CARACTERIZAÇÃO ESPECÍFICA COMO SANÇÃO POLÍTICA.*

*AÇÃO CONHECIDA QUANTO À LEI FEDERAL 7.111/1988, ART. 1º, I, III E IV, PAR. 1º A 3º, E ART. 2º.*

*(...)*

*3. Esta Corte tem historicamente confirmado e garantido a proibição constitucional às sanções políticas, invocando, para tanto, o direito ao exercício de atividades econômicas e profissionais lícitas (art. 170, par. ún., da Constituição), a violação do devido processo legal substantivo (falta de proporcionalidade e razoabilidade de medidas gravosas que se dispõem a substituir os mecanismos de cobrança de créditos tributários) e a violação do devido processo legal manifestado no direito de acesso aos órgãos do Executivo ou do Judiciário tanto para controle da validade dos créditos tributários, cuja inadimplência pretensamente justifica a nefasta penalidade, quanto para controle do próprio ato que culmina na restrição.*

*É inequívoco, contudo, que a orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal não serve de escusa ao deliberado e temerário desrespeito à legislação tributária. Não há que se falar em sanção política se as restrições à prática de atividade econômica objetivam*







## PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

### PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

*combater estruturas empresariais que têm na inadimplência tributária sistemática e consciente sua maior vantagem concorrencial. Para ser tida como inconstitucional, a restrição ao exercício de atividade econômica deve ser desproporcional e não-razoável.*

(...) - destaques acrescentados"

Nessa ordem de ideias, é manifesta a ilegitimidade da decisão que concede a habilitação de empresa que possui débitos com o fisco federal, em que pese, quando da prolação da decisão ora impugnada, tais fatos não constassem dos autos judiciais.

Mas há mais.

### **3.2 DA FLAGRANTE ILEGITIMIDADE DA TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA: VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 27 E 29 DA LEI Nº 8.666/93**

Da mesma forma e seguindo o comando constitucional já referido, é cediço que para ser considerada apta a participar de licitação é indispensável a **comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da licitante**, como se vê do disposto nos arts. 27 e 29 da Lei 8.666/93:

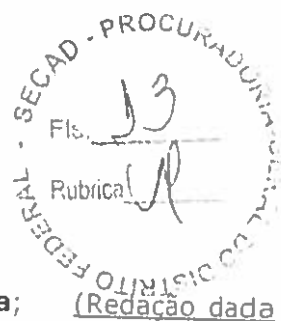
Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV - **regularidade fiscal e trabalhista;**  
pela Lei nº 12.440, de 2011)



(Redação dada



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA –PROCAD**

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

(...)

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em: (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011)

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

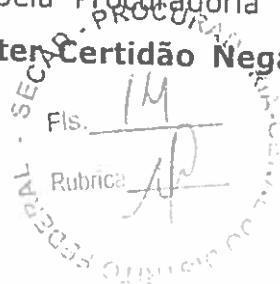
II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)**

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011)

Esse não é o caso da empresa TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA., a qual, segundo o citado ofício expedido pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, **não está em condições de obter Certidão Negativa de**





## PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

### PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

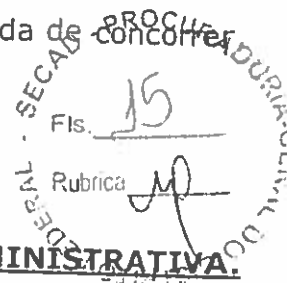
Débito, ou mesmo positiva com efeito de negativa, o que a torna imediatamente inapta para participar da Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF.

E, de fato, **não há amparo legal** para a inclusão do CONSÓRCIO METROPOLITANO no processo de licitação **sem a comprovação da regularidade fiscal de todas as empresas que o integram, de modo que a determinação judicial nesse sentido é lesiva não só ao interesse público como a toda a coletividade, ao se dar guarida à devedor contumaz de tributos previdenciários.**

É evidente que se a Constituição e a Lei 8.666/93 vedam a contratação da empresa em situação irregular perante o Fisco, não há espaço para a participação da empresa na fase pré-contratual que é a licitação, sob pena de interpretação que conduziria ao absurdo de se admitir que empresa impedida de contratar possa participar da licitação. Se a empresa não poderá o mais (contratar) é certo que não pode o menos (licitar).

Daí se pode concluir que a regularidade perante o Fisco **é imprescindível e necessária** em todos os momentos do certame, porquanto se trata de processo de licitação com vistas à **contratação** de empresa **concessionária de serviço público.**

Diante disso, com todo o respeito ao seu prolator, afigura-se patentemente contrária à Constituição e à Lei a decisão judicial que aqui é objeto de impugnação, porquanto não se pode de forma legítima obrigar o Distrito Federal a aceitar e julgar proposta de empresa que está impedida de concorrer diante da sua situação irregular perante o Fisco Federal.



### **3.3 DA GRAVE LESÃO À ORDEM PÚBLICA ADMINISTRATIVA.** **ATO JURÍDICO PERFEITO E ACABADO NÃO PODE SER** **ANULADO POR DECISÃO LIMINAR**

Não obstante tais substanciosos argumentos sejam bastantes em si para que seja determinada a suspensão dos efeitos da decisão impugnada,



## PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

### PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

cumpre demonstrar as graves lesões que o seu cumprimento poderá acarretar. Começamos pela **grave lesão à ordem pública administrativa**.

A decisão ora impugnada concedeu a habilitação, no procedimento licitatório em curso, de empresa que hoje, sabidamente, não possui idoneidade fiscal para participar do certame, tal como consta da informação prestada pela Procuradoria da Fazenda Nacional (anexo 2).

Ocorre que, embora não esteja expreso na decisão, os **seus efeitos terminarão por acarretar a suspensão de todo o procedimento licitatório e causará um verdadeiro tumulto processual**.

Explica-se:

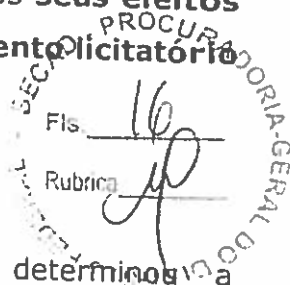
A decisão judicial atacada, como já assinalado, determinou a suspensão dos Contratos de Concessão nºs 007/2013 e 008/2013, referentes aos Lotes 03 e 04, ao mesmo tempo em que obrigou a Comissão de Licitação a **aceitar e julgar as propostas do CONSÓRCIO METROPOLITANO referentes àqueles mesmos Lotes objetos dos contratos** e, ainda, ao Lote 01.

Ocorre que a decisão judicial liminar, fundada em cognição sumária, não pode alcançar os contratos já celebrados, **eis que o objeto da licitação referente aos Lotes 03 e 04 já havia sido adjudicados aos vencedores, encerrando o certame licitatório** quanto ao ponto.

O efeito prático da decisão liminar aqui impugnada é anular os atos jurídicos perfeitos e acabados que culminaram nas assinaturas dos contratos nºs 007/2013 e 008/2013. Isso mesmo, Nobre Julgador, o que o juízo fez foi **anular atos jurídicos perfeitos e acabados por meio de decisão liminar**.

De fato. **Após a homologação de seu resultado, a licitação exaure-se com a respectiva adjudicação**, ato que atribui ao vencedor o objeto da licitação e com isso, efetivamente, põe fim ao procedimento.

**A contratação é negócio jurídico posterior**, que decorre do procedimento licitatório, mas que com ele não se confunde, pois a adjudicação configura o efetivo encerramento do certame.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

Como bem ressalta Marçal Justen Filho, a "adjudicação e a homologação **são atos terminais do procedimento licitatório**, através dos quais é verificado o cumprimento das regras devidas e confirmada a conveniência da contratação."

E complementa o citado autor:

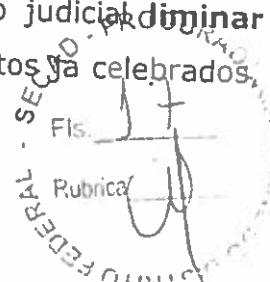
*"após a homologação e adjudicação, não mais podem ser exercitadas quaisquer competências discricionárias ou vinculadas atribuídas pela lei para o exercício no curso da licitação. Nada mais resta para deliberar sobre a disputa, pois está encerrada a licitação. O juízo de conveniência emitido pela Administração não pode ser revisto, a não ser quando haja nulidade."*<sup>2</sup>

O mesmo entendimento também se colhe do pensamento de Celso Antônio Bandeira de Mello sobre a matéria:

*"A licitação é um procedimento administrativo, é dizer: uma sucessão itinerária e encadeada de atos sucessivos que, embora tenha cada um finalidade específica, tendem todos a um resultado final e conclusivo em função do qual se entrosam e harmonizam.*

*Os atos procedimentais visam a criar um último ato unilateral, que se inclui dentro do próprio procedimento, enquanto o procedimento licitatório, como um todo, visa a proporcionar o nascimento de um ato **bilateral, externo ao procedimento, embora condicionado por ele: o contrato.**"*<sup>3</sup>

Diante disso, é absurdo admitir que decisão judicial **diminuir** possa revestir-se de **eficácia retroativa** para alcançar contratos já celebrados, já que tratam-se de atos jurídicos perfeitos e acabados.



<sup>2</sup> Comentários à Lei de Licitações e Contratos, 11ª edição, Editora Dialética, págs. 377 e 420  
<sup>3</sup> Curso de Direito Administrativo, 17ª edição, pág. 561.



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA -PROCAD**

Além do mais, as empresas prejudicadas, as quais assinaram os contratos impugnados, deveriam ser chamadas a compor o pólo passivo da ação, já que a pretensão dos autores interfere diretamente na esfera jurídica delas. Assim, é caso de litisconsórcio passivo necessário, o que não foi observado no caso.

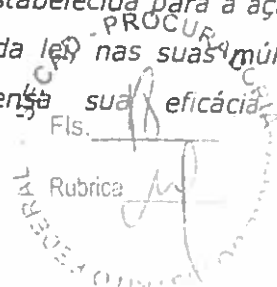
Em outro dizer, decisão com o escopo da que ora se impugna somente poderia ser proferida em sede de julgamento final do processo e com base em cognição exauriente, já que **o efeito prático da decisão ora impugnada é anular, tornar sem efeitos atos jurídicos já perfeitos e acabados**. A toda evidência, decisão como essa, além de ser dotada de **teratologia manifesta**, extrapola os limites da atuação jurisdicional.

Por fim, é de destacar que é **o interesse público que está sendo solenemente ignorado e vilipendiado**, uma vez que a população do Distrito Federal estará sendo tolhida do direito de ser assistida por um transporte público de qualidade já na iminência de ser prestado pelos contratos já assinados e declarados nulos pela decisão de primeira instância.

**A ordem pública administrativa há de ser restabelecida!**

Para fixar o que se deve entender por ordem pública no pedido de suspensão, a jurisprudência do Excelso Pretório tem acolhido o entendimento formado ainda no âmbito do extinto Tribunal Federal de Recursos, a partir do julgamento do *leading case* (SS nº 4.405/SP) relatado pelo então Presidente daquela Corte, Min. Néri da Silveira:

*"Quando na Lei nº 4.348/64, art. 4º, se faz menção à ameaça de lesão à ordem, tenho entendido que não se compreende, aí, apenas a ordem pública, enquanto esta se dimensiona em termos de segurança interna, porque explicitamente de lesão à segurança, por igual, cogita o artigo 4º, da Lei 4.348/64. Se a liminar pode constituir ameaça de grave lesão à ordem estabelecida para a ação da Administração Pública, por força da lei, nas suas múltiplas manifestações, cabe ser suspensa sua eficácia pelo*





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

*Presidente do Tribunal. Não pode, em verdade, o juiz decidir contra a lei. Se esta prevê determinada forma para a prática do ato administrativo, não há o juiz, contra a disposição normativa, de coarctar a ação do Poder Executivo, sem causa legítima. Fazendo-o, atenta contra a ordem estabelecida, em lei, para os atos da Administração". (grifou-se)*

Assim, inserto no conceito de ordem pública está o de ordem administrativa em geral, concebida esta como a **normal execução de serviços públicos, o regular andamento das obras públicas, o devido exercício das funções da Administração pelas autoridades constituídas.**

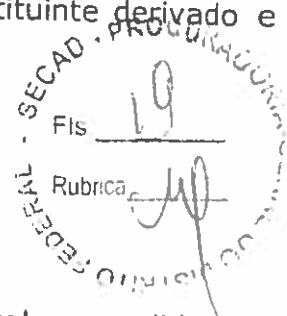
Como se vê no trecho do voto reproduzido acima, o Estado-juiz não pode pretender fazer às vezes de Estado-administração, **decidindo contra legem**. Se assim fizer, este ato judicial traduzirá ofensa à ordem pública.

Por certo, o princípio da legalidade, que autoriza a suspensão de decisões judiciais que dele destoam, deve ser o mais abrangente possível, para o fim de contemplar eventuais vulnerações à própria Carta da República. Nem poderia ser de outra forma, uma vez que a Constituição não deixa de ser uma lei, emanada dos representantes populares eleitos pelo povo. Aliás, possui especial condição: é lei suprema (princípio da supremacia constitucional), exigindo ser observada por toda a nação, incluindo os Poderes constituídos, em face do modelo de Constituição rígida.

Logo, a medida de **contracautela** buscada temporariamente objetiva sustar a eficácia de decisão que afronta não só disposições legais, mas também desrespeita a ordem público-administrativa traçada pelo constituinte derivado e pelos dogmas estruturantes do Estado de Direito.

### 3.4 DA LESÃO À ORDEM ECONÔMICA

A decisão causa ainda lesão à ordem econômica local na medida em que se trata de uma licitação que envolve a aplicação de vultosos recursos e





## PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

### PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD

pretende uma reforma completa no atual notoriamente deficiente sistema de transporte rodoviário de passageiros do Distrito Federal, o que **envolve bilhões de reais em investimentos**.

Para se ter uma ideia do vulto que o procedimento licitatório poderá atingir, se considerado o prazo de vigência do contrato de concessão, que é de 10 (dez) anos, a prestação do serviço poderá trazer de retorno para os licitantes, a título de faturamento, **quantia superior a 150 bilhões de reais**.

Além disso, há, de fato, enorme **expectativa de toda a sociedade** local que deseja urgente melhoria no transporte público local. O setor está mobilizado para participar da Concorrência e a suspensão dos Efeitos do Edital pode desmotivar a participação de grupos empresariais interessados em operar na Capital do País.

Resta então também ferida a ordem econômica, pelas nefastas repercussões geradas pela decisão interlocutória ilegal e sem motivo legítimo para tanto.



#### 4. DO PEDIDO

Por tais razões, demonstrada a **necessidade de suspensão** dos efeitos da decisão interlocutória que cria óbice ao prosseguimento do procedimento licitatório inaugurado pelo Edital de Concorrência Pública n.º 01/2011 - ST, a fim de evitar **grave lesão à ordem pública** na sua feição ordem administrativa e ainda para preservar a **ordem econômica local**, bem como ante a **flagrante ilegitimidade da decisão impugnada**, requer o Distrito Federal que Vossa Excelência defira o presente pleito para **sustar os efeitos da decisão** proferida nos autos da **Ação de Conhecimento n.º 16170-13.2013.4.01.3400**, em tramitação na 21ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Em outro dizer, o que se busca com o presente Pedido de Suspensão de Liminar é a suspensão da citada decisão não só **em relação ao**





**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA - PROCAD**

capítulo que concedeu a habilitação ao CONSÓRCIO METROPOLITANO, como também em relação capítulo que determinou a suspensão da execução dos contratos nºs 007/2013 e 008/2013 e a abertura dos envelopes daquele consórcio para os lotes vinculados aqueles negócios jurídicos (lotes 03 e 04).

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 27 de maio de 2013.

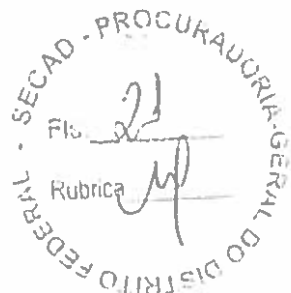
**EDVALDO COSTA BARRETO JÚNIOR**  
**PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL**

**OAB/DF Nº 29.190**

**MARCOS VINÍCIUS WITCZAK**

**PROCURADOR DO DISTRITO FEDERAL**

**OAB/DF**





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE  
REQUERENTE : DISTRITO FEDERAL  
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR  
PROCURADOR : MARCOS VINICIUS WITCZAK  
REQUERIDO : JUÍZO FEDERAL DA 21ª VARA - DF  
AUTOR : TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA  
AUTOR : CONSORCIO METROPOLITANO

**DECISÃO**

O DISTRITO FEDERAL requer a suspensão da liminar deferida pelo MM. Juiz Federal da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Ordinária 16170-13.2013.4.01.3400, determinando a imediata suspensão dos Contratos de Concessão ns. 007/2013 e 008/2013, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal de 29/04/2013, relativamente à Concorrência Pública 01/2011-ST, cujo objeto é a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

Esclarece a requerente que a ação fora ajuizada pela empresa TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA, em litisconsórcio com o CONSÓRCIO METROPOLITANO, este representado pela empresa-líder ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA, pleiteando a suspensão da eficácia da Portaria n. 47, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, que cancelara a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa expedida em seu favor, sem a observância do devido processo legal, bem como a suspensão da decisão do Distrito Federal que, com base na aludida Portaria, considerou a autora desabilitada para participar da Concorrência n. 01/2011; que o pedido foi deferido, determinando, ainda, o Juízo *a quo* que fosse mantido em poder da Comissão de Licitação os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano, recebendo e julgando regularmente ditas propostas, nos termos do edital; que as requeridas voltaram aos autos, alegando que o Distrito Federal estaria descumprindo a decisão, ao argumento de que "ao assinar os Contratos de Concessão 007/2013 e 008/2013, estaria lhe prejudicando quanto aos lotes 03 e 04 do certame" (fl. 6); que intimado a manifestar, o Distrito Federal esclareceu que "o CONSÓRCIO METROPOLITANO foi admitido na fase de



SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

23  
P

juízo da proposta para o Lote 01 da Concorrência pois, nos termos do Edital, era o único lote remanescente", isso porque, quanto aos "lotes 03 e 04 já haviam sido julgados e adjudicados às empresas vencedoras" (fl. 6 - grifos no original); que o Juízo a quo entendendo que houvera descumprimento da primeira decisão suspendeu os Contratos de Concessão supra mencionados.

O Requerente sustenta que a decisão que obriga o Distrito federal a admitir no certame Consórcio que é integrado por empresa que não atende os ditames legais e editais no tocante à indispensável regularidade fiscal, além de alcançar atos já exauridos da licitação, compromete o regular andamento da Concorrência 1/2011 - STPC/DF e afeta gravemente o interesse público.

Assevera que a Transportes Cidade Brasília Ltda. foi incluída no polo passivo de execuções fiscais ajuizadas contra a Viação Valmir Amaral Ltda, "notórias e contumazes devedoras de tributos, contribuições previdenciárias e verbas trabalhistas, de modo que a participação de empresa do Grupo na licitação para a concessão do serviço de transporte de passageiros no Distrito Federal **mostra-se temerária ao interesse público**" (fl. 10); e que a exigência de regularidade fiscal é o que permite concluir pela idoneidade e aptidão para adimplir o futuro contrato administrativo.

Afiança que a decisão, que habilita no certame licitatório empresa que não possui idoneidade fiscal, viola os artigos 27 e 29 da Lei 8.666/93 e acarreta grave lesão à ordem pública administrativa.

Em relação à lesão à ordem econômica, sustenta que "a licitação envolve a aplicação de vultosos recursos e pretende uma reforma completa no atual notoriamente deficiente sistema de transporte rodoviário de passageiros do Distrito Federal, o que **envolve bilhões de reais em investimentos**"; que, se considerado o prazo de vigência do contrato de concessão, que é de 10 (dez) anos, a prestação do serviço poderá trazer de retorno para os licitantes, a título de faturamento, a **quantia superior a 150 bilhões de reais**", além da "expectativa de toda a sociedade local que deseja urgente melhoria no transporte público local" enorme (fl. 19 - grifos no original).

Requer ao final, a suspensão da decisão, não só em relação à concessão da habilitação ao Consórcio Metropolitano, como também em relação à suspensão da execução dos contratos ns. 007/2013 e 008/2013 e a abertura dos envelopes daquele consórcio para os lotes vinculados aqueles negócios jurídicos (lotes 03 e 04).

Pois bem, como se sabe, a análise da suspensão prevista no art. 4º da Lei 8.437/1992 e no art. 15 da Lei 12.016/2009, restringe-se à verificação da existência de potencial risco de grave lesão à ordem, à saúde, à economia e à segurança pública.



SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

É certo que, conquanto no âmbito estreito do pedido de suspensão de segurança, se dispense, a princípio, a análise do fundo da controvérsia, é quase sempre inevitável um juízo sumário a respeito das questões jurídicas presentes na ação principal, na estrita medida necessária à verificação da potencialidade lesiva do ato decisório questionado.

Na hipótese, a decisão de suspender os Contratos de Concessão 007/2013 e 008/2013, celebrados em 26/04/2013, decorreu do entendimento de que o Distrito Federal não cumpriu a ordem do Juízo *a quo*, que determinara o recebimento e a análise das propostas das autoras da ação judicial, ressaltando que a inabilitação em todos os lotes deu-se pelo mesmo motivo, qual seja, a edição da Portaria 47/2013, que teve sua eficácia suspensa por decisão judicial.

Tal inabilitação, como se vê dos autos, deveu-se ao cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos (CPENDs) emitidas em favor de uma das empresas do Consórcio participante do certame, porque a devedora, segundo a Fazenda Nacional (integrante do polo passivo da demanda originária), tem débitos inscritos em dívida ativa desde 22/08/2012, por isso que, "logo após haver solicitado parcelamento e pago a parcela inicial que o ratifica, emitiu CPENDs e abandonou o pagamento das parcelas subsequentes, demonstrando que o seu único desiderato ao pleitear o parcelamento era emitir as CPENDs" (fl. 61 e conforme Processo Administrativo 12221.0000193/2013-14 - fl. 255).

Cumpra consignar que a jurisprudência consagrou o entendimento de que "A norma legal aplicável à Execução Fiscal não contém exigência sobre o 'direito de defesa no âmbito administrativo' para elaboração da Certidão de Dívida Ativa - CDA" e bem assim que "Concedido o parcelamento pela Exequente ao Executado, a Execução ficará suspensa, **salvo comprovado inadimplemento**, até o pagamento da última parcela, ou seja, o cumprimento total da obrigação (AC 2003.38.00.050916-7/MG, Relator Desembargador Federal Catão Alves, DJF 07/05/2010).

É assente, ainda, que o descumprimento do parcelamento torna o crédito tributário exigível e impede a obtenção de CPD-EN (ams 2001.38.00.043004-0/MG, relator Desembargador Federal Reynaldo Fonseca, DJF 16/03/2012).

Fica evidenciado, assim, que as decisões do Juízo *a quo*, adotadas em cognição sumária, portanto sem a certeza da ilegalidade dos atos administrativos questionados, tendo em vista que a exigência de regularidade fiscal está preconizada no art. 27 e 29 da Lei 8.666/93, interferem sobremaneira nas atividades do Poder Público, que pretende garantir à população um modelo mais moderno para o sistema de transporte público do DF.



SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

Nesse contexto, a suspensão da Portaria 47 da Fazenda Nacional, permitindo a participação de Consórcio inabilitado pela Comissão de Licitação, bem como a decisão liminar que suspende os Contratos de Concessão n. 007/2013 e 008/2013, relativamente aos lotes 03 e 04 do Certame, adjudicados às suas respectivas vencedoras, é medida que sobrepõe o interesse pessoal dos Requeridos aos interesses públicos, consubstanciados na concessão dos serviços de transporte coletivo, prejudicando a grande maioria da população do Distrito Federal, que depende desse serviço público para sua locomoção, acarretando, portanto, grave lesão à ordem e à economia pública.

Isso posto, defiro o pedido de suspensão das decisões impugnadas.

Comunique-se, com urgência ao Juízo *a quo*. Intimem-se.

Após os trâmites legais, não havendo recurso, aquiem-se os autos.

Brasília, 31 de maio de 2013.



Desembargador Federal Mário César Ribeiro  
Presidente



Documento contendo 4 páginas assinado digitalmente pelo(a) DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do Conselho da Justiça Federal. A autenticidade do documento pode ser verificada no site [www.trf1.jus.br/autenticidade](http://www.trf1.jus.br/autenticidade), informando o código verificador 7.505.551.0100.2-08





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE  
REQUERENTE : DISTRITO FEDERAL  
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR  
PROCURADOR : MARCOS VINICIUS WITCZAK  
REQUERIDO : JUÍZO FEDERAL DA 21ª VARA - DF  
AUTOR : TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA  
AUTOR : CONSORCIO METROPOLITANO

30

DECISÃO

O DISTRITO FEDERAL requer a suspensão da liminar deferida pelo MM. Juiz Federal da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Ordinária 16170-13.2013.4.01.3400, determinando a imediata suspensão dos Contratos de Concessão ns. 007/2013 e 008/2013, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal de 29/04/2013, relativamente à Concorrência Pública 01/2011-ST, cujo objeto é a Concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

Esclarece a requerente que a ação fora ajuizada pela empresa TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA, em litisconsórcio com o CONSÓRCIO METROPOLITANO, este representado pela empresa-líder ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA, pleiteando a suspensão da eficácia da Portaria n. 47, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, que cancelara a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa expedida em seu favor, sem a observância do devido processo legal, bem como a suspensão da decisão do Distrito Federal que, com base na aludida Portaria, considerou a autora desabilitada para participar da Concorrência n. 01/2011; que o pedido foi deferido, determinando, ainda, o Juízo *a quo* que fosse mantido em poder da Comissão de Licitação os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano, recebendo e julgando regularmente ditas propostas, nos termos do edital; que as requeridas voltaram aos autos, alegando que o Distrito Federal estaria descumprindo a decisão, ao argumento de que "ao assinar os Contratos de Concessão 007/2013 e 008/2013, estaria lhe prejudicando quanto aos lotes 03 e 04 do certame" (fl. 6); que intimado a manifestar, o Distrito Federal esclareceu que "o **CONSÓRCIO METROPOLITANO** foi admitido na fase de



SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

31

juízo da proposta para o Lote 01 da Concorrência pois, nos termos do Edital, era o único lote remanescente", isso porque, quanto aos "lotes 03 e 04 já haviam sido julgados e adjudicados às empresas vencedoras" (fl. 6 - grifos no original); que o Juízo *a quo* entendendo que houvera descumprimento da primeira decisão suspendeu os Contratos de Concessão supra mencionados.

O Requerente sustenta que a decisão que obriga o Distrito federal a admitir no certame Consórcio que é integrado por empresa que não atende os ditames legais e editais no tocante à indispensável regularidade fiscal, além de alcançar atos já exauridos da licitação, compromete o regular andamento da Concorrência 1/2011 – STPC/DF e afeta gravemente o interesse público.

Assevera que a Transportes Cidade Brasília Ltda. foi incluída no polo passivo de execuções fiscais ajuizadas contra a Viação Valmir Amaral Ltda, "notórias e contumazes devedoras de tributos, contribuições previdenciárias e verbas trabalhistas, de modo que a participação de empresa do Grupo na licitação para a concessão do serviço de transporte de passageiros no Distrito Federal **mostra-se temerária ao interesse público**" (fl. 10); e que a exigência de regularidade fiscal é o que permite concluir pela idoneidade e aptidão para adimplir o futuro contrato administrativo.

Afiança que a decisão, que habilita no certame licitatório empresa que não possui idoneidade fiscal, viola os artigos 27 e 29 da Lei 8.666/93 e acarreta grave lesão à ordem pública administrativa.

Em relação à lesão à ordem econômica, sustenta que "a licitação envolve a aplicação de vultosos recursos e pretende uma reforma completa no atual notoriamente deficiente sistema de transporte rodoviário de passageiros do Distrito Federal, o que **envolve bilhões de reais em investimentos**"; que, se considerado o prazo de vigência do contrato de concessão, que é de 10 (dez) anos, a prestação do serviço poderá trazer de retorno para os licitantes, a título de faturamento, a **quantia superior a 150 bilhões de reais**", além da "expectativa de toda a sociedade local que deseja urgente melhoria no transporte público local" enorme (fl. 19 – grifos no original).

Requer ao final, a suspensão da decisão, não só em relação à concessão da habilitação ao Consórcio Metropolitano, como também em relação à suspensão da execução dos contratos ns. 007/2013 e 008/2013 e a abertura dos envelopes daquele consórcio para os lotes vinculados aqueles negócios jurídicos (lotes 03 e 04).

Pois bem, como se sabe, a análise da suspensão prevista no art. 4º da Lei 8.437/1992 e no art. 15 da Lei 12.016/2009, restringe-se à verificação da existência de potencial risco de grave lesão à ordem, à saúde, à economia e à segurança pública.



SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

É certo que, conquanto no âmbito estreito do pedido de suspensão de segurança, se dispense, a princípio, a análise do fundo da controvérsia, é quase sempre inevitável um juízo sumário a respeito das questões jurídicas presentes na ação principal, na estrita medida necessária à verificação da potencialidade lesiva do ato decisório questionado.

Na hipótese, a decisão de suspender os Contratos de Concessão 007/2013 e 008/2013, celebrados em 26/04/2013, decorreu do entendimento de que o Distrito Federal não cumpriu a ordem do Juízo *a quo*, que determinara o recebimento e a análise das propostas das autoras da ação judicial, ressaltando que a inabilitação em todos os lotes deu-se pelo mesmo motivo, qual seja, a edição da Portaria 47/2013, que teve sua eficácia suspensa por decisão judicial.

Tal inabilitação, como se vê dos autos, deveu-se ao cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos (CPENDs) emitidas em favor de uma das empresas do Consórcio participante do certame, porque a devedora, segundo a Fazenda Nacional (integrante do polo passivo da demanda originária), tem débitos inscritos em dívida ativa desde 22/08/2012, por isso que, "logo após haver solicitado parcelamento e pago a parcela inicial que o ratifica, emitiu CPENDs e abandonou o pagamento das parcelas subsequentes, demonstrando que o seu único desiderato ao pleitear o parcelamento era emitir as CPENDs" (fl. 61 e conforme Processo Administrativo 12221.0000193/2013-14 - fl. 255).

Cumpre consignar que a jurisprudência consagrou o entendimento de que "A norma legal aplicável à Execução Fiscal não contém exigência sobre o 'direito de defesa no âmbito administrativo' para elaboração da Certidão de Dívida Ativa – CDA" e bem assim que "Concedido o parcelamento pela Exequente ao Executado, a Execução ficará suspensa, **salvo comprovado inadimplemento**, até o pagamento da última parcela, ou seja, o cumprimento total da obrigação (AC 2003.38.00.050916-7/MG, Relator Desembargador Federal Catão Alves, DJF 07/05/2010).

É assente, ainda, que o descumprimento do parcelamento torna o crédito tributário exigível e impede a obtenção de CPD-EN (ams 2001.38.00.043004-0/MG, relator Desembargador Federal Reynaldo Fonseca, DJF 16/03/2012).

Fica evidenciado, assim, que as decisões do Juízo *a quo*, adotadas em cognição sumária, portanto sem a certeza da ilegalidade dos atos administrativos questionados, tendo em vista que a exigência de regularidade fiscal está preconizada no art. 27 e 29 da Lei 8.666/93, interferem sobremaneira nas atividades do Poder Público, que pretende garantir à população um modelo mais moderno para o sistema de transporte público do DF.





SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

Nesse contexto, a suspensão da Portaria 47 da Fazenda Nacional, permitindo a participação de Consórcio inabilitado pela Comissão de Licitação, bem como a decisão liminar que suspende os Contratos de Concessão n. 007/2013 e 008/2013, relativamente aos lotes 03 e 04 do Certame, adjudicados às suas respectivas vencedoras, é medida que sobrepõe o interesse pessoal dos Requeridos aos interesses públicos, consubstanciados na concessão dos serviços de transporte coletivo, prejudicando a grande maioria da população do Distrito Federal, que depende desse serviço público para sua locomoção, acarretando, portanto, grave lesão à ordem e à economia pública.

Isso posto, defiro o pedido de suspensão das decisões impugnadas.

Comunique-se, com urgência ao Juízo *a quo*. Intimem-se.

Após os trâmites legais, não havendo recurso, arquivem-se os autos.

Brasília, 31 de maio de 2013.



Desembargador Federal Mário César Ribeiro  
Presidente



Documento contendo 4 páginas assinado digitalmente pelo(a) DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do Conselho da Justiça Federal. A autenticidade do documento pode ser verificada no site [www.trf1.jus.br/autenticidade](http://www.trf1.jus.br/autenticidade), informando o código verificador 7.505.551.0100.2-08.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

**AGRAVO REGIMENTAL**

AGRAVANTE : CONSORCIO METROPOLITANO  
AGRAVANTE : TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA  
ADVOGADO : VALTER FERREIRA XAVIER FILHO

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo Regimental interposto pelo CONSÓRCIO METROPOLITANO e por TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA., contra decisão de minha lavra, proferida em 31/05/2013, para suspender a execução da liminar deferida pelo MM. Juiz Federal da 21ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos autos da Ação Ordinária 16170-13.2013.4.01.3400, determinando o recebimento e julgamento das propostas apresentados pelo Consórcio Metropolitano (lotes 1, 3 e 4) e, em consequência, suspender os Contratos de Concessão ns. 007/2013 e 008/2013, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal de 29/04/2013, relativamente à Concorrência Pública 01/2011-ST, que cuida da concessão de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Coletivo do Distrito Federal.

Consoante relatado na decisão ora agravada, consta dos autos que a ação fora ajuizada pela empresa TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA, em litisconsórcio com o CONSÓRCIO METROPOLITANO, este representado pela empresa-líder ROTA DO SOL TRANSPORTES E TURISMO LTDA, pleiteando a suspensão da eficácia da Portaria n. 47, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, que cancelara a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa expedida em seu favor, sem a observância do devido processo legal, bem como a suspensão da decisão do Distrito Federal que, com base na aludida Portaria, considerou o mencionado Consórcio desabilitado para participar do aludido procedimento licitatório.

O pedido foi deferido pelo MM. Juiz *a quo*, que determinou, ainda, que as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano fossem recebidos e julgados pela Comissão de Licitação, nos termos do edital.



SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

Subsequentemente, intimado a manifestar-se sobre a alegação de descumprimento dessa decisão, o Distrito Federal afirmou que "o **CONSÓRCIO METROPOLITANO** foi admitido na fase de julgamento da proposta para o Lote 01 da Concorrência, pois, nos termos do Edital, era o único lote remanescente", vez que, em relação aos lotes 03 e 04, já havia transcorrido a fase de julgamento e adjudicação do objeto da licitação às empresas vencedoras. O Juízo *a quo*, entendendo que houve descumprimento da decisão judicial, em 20/05/2013, determinou a suspensão dos Contratos de Concessão ns. 007/2013 e 008/2013, que trataram dos lotes 03 e 04.

Irresignados com a suspensão dos efeitos dessa decisão por esta Presidência, os Agravantes alegam, em síntese, que em nenhum momento vindicou a expedição de certidão de regularidade fiscal; que afirmou-se não haver pendência "a justificar a insólita providência desencadeada pela UNIÃO com o inusitado objetivo de atingir a licitação em curso no DISTRITO FEDERAL"; e que, "tendo em vista a exiguidade de tempo a impedir maiores debates, houve o pagamento imediato de tudo quanto se apontou como devido, sem qualquer questionamento", não havendo, pois, execução fiscal por falta de crédito fiscal exigível. (fl. 935).

Assim — prosseguem os Agravantes —, "embora não se queira nem se pretenda guerrear a presunção de idoneidade que milita em prol do subscritor da Portaria 47 da Fazenda Nacional, ou da legitimidade e de legalidade dos atos administrativos (...) o debate proposto na demanda subjacente diz respeito, de modo exclusivo, ao fato incontroverso de ausência de prévio contraditório para a decisão administrativa que cancelou a dita certidão de regularidade fiscal com efeitos retroativos" (fl. 935).

Sustentam que a cobrança desencadeada contra a sociedade empresária Transporte Cidade Brasília Ltda., que não era devedora de nada, foi desencadeada "num repente, coincidentemente no meio da referida licitação, sob a premissa de que faria parte do veletudinário *Grupo Amaral*" (fl. 936), sem lhe permitir a oportunidade de debater tal qualidade.

Afiançam que a alegação do Agravado de que a decisão teria atingido "atos já exauridos da licitação" e capazes de comprometer "o regular andamento da Concorrência" não poderia prevalecer, primeiro porque "ao Poder Judiciário se tornaria vedado apreciar querelas envolvendo licitações públicas", segundo porque "o que comprometeria o *regular andamento da Concorrência* seria apenas a recalcitrância do requerente em permitir mais concorrentes no certame público (...)" (fl. 939).

Aduzem, ainda: 1) "parece que '*temerário ao interesse público*' seria (...) permitir-se a disputa de um só candidato em certame que '*envolve bilhões de reais de investimentos*' com a expectativa de faturamento de '*quantia superior a 150 bilhões de*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

37  
SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

reais” e 2) “parece que a *expectativa de toda a sociedade local que deseja urgentemente melhoria do transporte público*” afigura-se incapaz de repercutir na espécie, que cuida apenas da licitação, não de controle de execução dos serviços” (fls. 939).

É o relatório.



SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

### VOTO

Esta Presidência, em decisão prolatada em 31/05/2013, deferiu o pedido formulado pelo Distrito Federal, para suspender os efeitos da decisão de primeira instância, que sustou os Contratos de Concessão ns. 007/2013 e 008/2013, publicados no Diário Oficial do Distrito Federal de 29/04/2013, relativamente à Concorrência Pública 01/2011-ST.

Irresignados, o Consórcio Metropolitano e a Transportes Cidade Brasília Ltda., agravam regimentalmente da decisão, proferida nos termos que destaco (fls. 921/924):

(...)

Pois bem, como se sabe, a análise da suspensão prevista no art. 4º da Lei 8.437/1992 e no art. 15 da Lei 12.016/2009, restringe-se à verificação da existência de potencial risco de grave lesão à ordem, à saúde, à economia e à segurança pública.

É certo que, conquanto no âmbito estreito do pedido de suspensão de segurança, se dispense, a princípio, a análise do fundo da controvérsia, é quase sempre inevitável um juízo sumário a respeito das questões jurídicas presentes na ação principal, na estrita medida necessária à verificação da potencialidade lesiva do ato decisório questionado.

Na hipótese, a decisão de suspender os Contratos de Concessão 007/2013 e 008/2013, celebrados em 26/04/2013, decorreu do entendimento de que o Distrito Federal não cumpriu a ordem do Juízo *a quo*, que determinara o recebimento e a análise das propostas das autoras da ação judicial, ressaltando que a inabilitação em todos os lotes deu-se pelo mesmo motivo, qual seja, a edição da Portaria 47/2013, que teve sua eficácia suspensa por decisão judicial.

Tal inabilitação, como se vê dos autos, deveu-se ao cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos (CPENDs) emitidas em favor de uma das empresas do Consórcio participante do certame, porque a devedora, segundo a Fazenda Nacional (integrante do polo passivo da demanda originária), tem débitos inscritos em dívida ativa desde 22/08/2012, por isso que, "logo após haver solicitado parcelamento e pago a parcela inicial que



SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

o ratifica, emitiu CPENDs e abandonou o pagamento das parcelas subsequentes, demonstrando que o seu único desiderato ao pleitear o parcelamento era emitir as CPENDs" (fl. 61 e conforme Processo Administrativo 12221.0000193/2013-14 - fl. 255).

Cumpre consignar que a jurisprudência consagrou o entendimento de que "A norma legal aplicável à Execução Fiscal não contém exigência sobre o 'direito de defesa no âmbito administrativo' para elaboração da Certidão de Dívida Ativa – CDA" e bem assim que "Concedido o parcelamento pela Exequente ao Executado, a Execução ficará suspensa, **salvo comprovado inadimplemento**, até o pagamento da última parcela, ou seja, o cumprimento total da obrigação (AC 2003.38.00.050916-7/MG, Relator Desembargador Federal Catão Alves, DJF 07/05/2010).

É assente, ainda, que o descumprimento do parcelamento torna o crédito tributário exigível e impede a obtenção de CPD-EN (AMS 2001.38.00.043004-0/MG, relator Desembargador Federal Reynaldo Fonseca, DJF 16/03/2012).

Fica evidenciado, assim, que as decisões do Juízo *a quo*, adotadas em cognição sumária, portanto sem a certeza da ilegalidade dos atos administrativos questionados, tendo em vista que a exigência de regularidade fiscal está preconizada no art. 27 e 29 da Lei 8.666/93, interferem sobremaneira nas atividades do Poder Público, que pretende garantir à população um modelo mais moderno para o sistema de transporte público do DF.

Nesse contexto, a suspensão da Portaria 47 da Fazenda Nacional, permitindo a participação de Consórcio inabilitado pela Comissão de Licitação, bem como a decisão liminar que suspende os Contratos de Concessão n. 007/2013 e 008/2013, relativamente aos lotes 03 e 04 do Certame, adjudicados às suas respectivas vencedoras, é medida que sobrepõe o interesse pessoal dos Requeridos ao interesse público, consubstanciado na concessão dos serviços de transporte coletivo, prejudicando a grande maioria da população do Distrito Federal, que depende desse serviço público para sua locomoção, acarretando, portanto, grave lesão à ordem e à economia pública.



SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

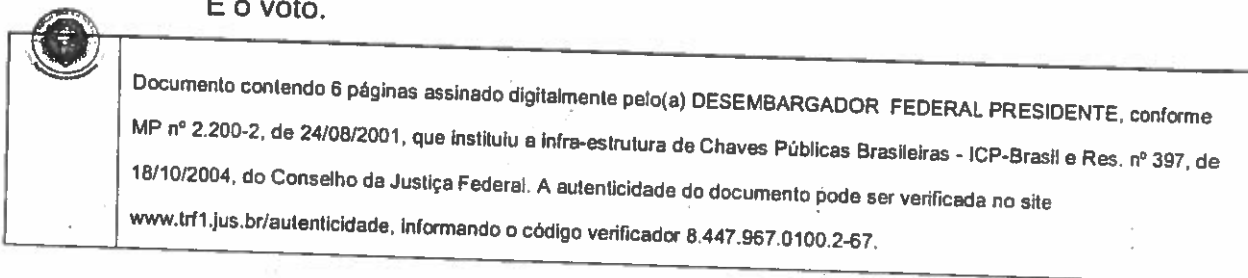
Isso posto, defiro o pedido de suspensão das decisões impugnadas.

(...)

As alegações dos Agravantes não são suficientes para infirmar as razões que fundamentaram a decisão ora agravada. Com efeito, toda linha argumentativa está voltada fundamentalmente para o mérito da ação principal, quanto à legitimidade do ato administrativa, consubstanciado na Portaria n. 47/2013, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, que tornou sem efeito a Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa que lhes fora inicialmente concedida, culminando com a inabilitação em procedimento licitatório de outorga de Concessão para a Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

Isso posto, nego provimento ao Agravo Regimental.

É o voto.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE  
REQUERENTE : DISTRITO FEDERAL  
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR  
PROCURADOR : MARCOS VINICIUS WITCZAK  
REQUERIDO : JUÍZO FEDERAL DA 21ª VARA - DF  
AUTOR : TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA  
ADVOGADO : VALTER FERREIRA XAVIER FILHO  
AUTOR : CONSORCIO METROPOLITANO  
ADVOGADO : VALTER FERREIRA XAVIER FILHO

**AGRAVO REGIMENTAL**

AGRAVANTE : CONSORCIO METROPOLITANO  
AGRAVANTE : TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA  
ADVOGADO : VALTER FERREIRA XAVIER FILHO

**E M E N T A**

AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO. INABILITAÇÃO. REGULARIDADE FISCAL. SUSPENSÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO. INTERESSE PÚBLICO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. As decisões do Juízo *a quo*, adotadas em cognição sumária, portanto sem a certeza da ilegalidade dos atos administrativos questionados, tendo em vista que a exigência de regularidade fiscal está preconizada no art. 27 e 29 da Lei 8.666/93, interferem sobremaneira nas atividades do Poder Público, que pretende garantir à população um modelo mais moderno para o sistema de transporte público do DF.
2. A suspensão da Portaria 47 da Fazenda Nacional, permitindo a participação de Consórcio inabilitado pela Comissão de Licitação, bem como a decisão liminar que suspende os Contratos de Concessão n. 007/2013 e 008/2013, relativamente aos lotes 03 e 04 do Certame, adjudicados às suas respectivas vencedoras, é medida que sobrepõe o interesse pessoal dos Requeridos ao interesse público, consubstanciado na concessão dos serviços de transporte coletivo, prejudicando a grande maioria da população do





SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

Distrito Federal, que depende desse serviço público para sua locomoção, acarretando, portanto, grave lesão à ordem e à economia pública.

3. As alegações dos Agravantes não são suficientes para infirmar as razões que fundamentaram a decisão agravada

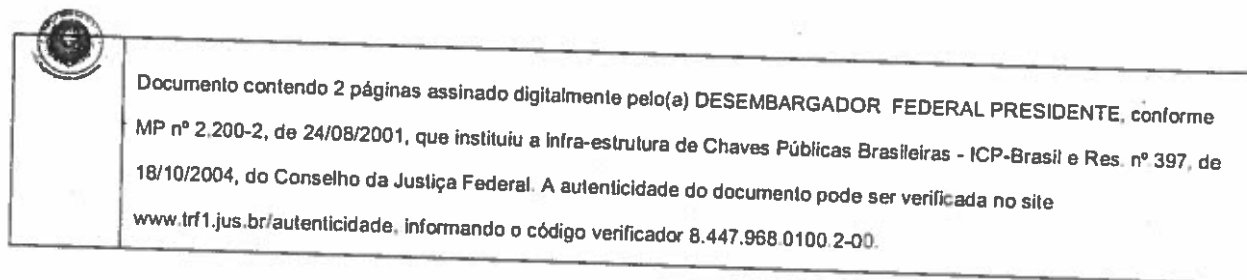
4. Improvimento do agravo regimental.

### ACÓRDÃO

Decide a Corte Especial do TRF 1ª Região, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do relator.

Brasília, 5 de setembro de 2013.

Desembargador Federal **Mário César Ribeiro**  
Presidente





PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

**SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF (d)**

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE  
REQUERENTE : DISTRITO FEDERAL  
PROCURADOR : EDVALDO COSTA BARRETO JUNIOR  
PROCURADOR : MARCOS VINICIUS WITCZAK  
REQUERIDO : JUÍZO FEDERAL DA 21ª VARA - DF  
AUTOR : TRANSPORTES CIDADE BRASÍLIA LTDA  
ADVOGADO : VALTER FERREIRA XAVIER FILHO  
AUTOR : CONSORCIO METROPOLITANO  
ADVOGADO : VALTER FERREIRA XAVIER FILHO

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

**EMBARGANTE : CONSORCIO METROPOLITANO**

**E M E N T A**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. REDISCUSSÃO. REJEIÇÃO.**

1. Os embargos de declaração constituem instrumento processual com escopo de eliminar do julgamento ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo acórdão ou, ainda, o de corrigir evidente erro material, servindo, dessa forma, como instrumento de aperfeiçoamento do julgado.
2. Os embargos de declaração se prestam, em regra, ao reexame de atos decisórios apontados como equivocados ou para incluir no debate novos argumentos jurídicos, uma vez que o efeito infringente não é de sua natureza, salvo em situações excepcionais.
3. Na hipótese, inexistente qualquer omissão no julgado. Na verdade, os embargantes, irredimidos, pretendem, a pretexto de vício no acórdão, tão somente rediscutir a questão já decidida pela Corte Especial.
4. Embargos de Declaração rejeitados.

Documento de 2 páginas assinado digitalmente. Pode ser consultado pelo código 9 180.775.0100.2-60, no endereço [www.trf1.jus.br/autenticidade](http://www.trf1.jus.br/autenticidade).



Nº Lote: 2013103651 - 3\_1 - SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF (d) - TR50303

SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

ACORDÃO

Decide a Corte Especial, por unanimidade, rejeitar embargos de declaração,  
nos termos do voto do relator.

Brasília, 21 de novembro de 2013.



Desembargador Federal Mário César Ribeiro  
Presidente



Documento contendo 2 páginas assinado digitalmente pelo(a) DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do Conselho da Justiça Federal. A autenticidade do documento pode ser verificada no site [www.trf1.jus.br/autenticidade](http://www.trf1.jus.br/autenticidade), informando o código verificador 9.180.775.0100.2-60.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

EMBARGANTE : CONSORCIO METROPOLITANO E OUTROS

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos pelo Consórcio Metropolitano e Outros, contra acórdão prolatado pelos membros da Corte Especial em Agravo Regimental nos seguintes termos:

AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DE TUTELA ANTECIPADA. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO. INABILITAÇÃO. REGULARIDADE FISCAL. SUSPENSÃO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO. INTERESSE PÚBLICO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. As decisões do Juízo a quo, adotadas em cognição sumária, portanto sem a certeza da ilegalidade dos atos administrativos questionados, tendo em vista que a exigência de regularidade fiscal está preconizada no art. 27 e 29 da Lei 8.666/93, interferem sobremaneira nas atividades do Poder Público, que pretende garantir à população um modelo mais moderno para o sistema de transporte público do DF.

2. A suspensão da Portaria 47 da Fazenda Nacional, permitindo a participação de Consórcio inabilitado pela Comissão de Licitação, bem como a decisão liminar que suspende os Contratos de Concessão n. 007/2013 e 008/2013, relativamente aos lotes 03 e 04 do Certame, adjudicados às suas respectivas vencedoras, é medida que sobrepõe o interesse pessoal dos Requeridos ao interesse público, consubstanciado na concessão dos serviços de transporte coletivo, prejudicando a grande maioria da população do Distrito



SUSPENSÃO DE LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA N. 0030008-38.2013.4.01.0000/DF  
(d)

*Federal, que depende desse serviço público para sua locomoção, acarretando, portanto, grave lesão à ordem e à economia pública.*

*3. As alegações dos Agravantes não são suficientes para infirmar as razões que fundamentaram a decisão agravada*

*4. Improvimento do agravo regimental.*

Sustentam os embargantes que ao buscarem tutela jurisdicional pretendiam assegurar sua participação na Concorrência 1/2011-STPC/DF, procedimento licitatório que visa à exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal.

Asseveram que, "em momento algum se pretendeu o cancelamento ou suspensão dos Contratos de Concessão; ao revés, o que se pleiteou por intermédio do feito subjacente foi que o Poder Judiciário **garantissem o direito à livre concorrência...**", no entanto, o enfoque do pedido restou "mudado maliciosamente pelos Requerentes" (fl. 1000).

Reiteram que a Portaria nº 47, da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, que cancelou a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa expedida em seu favor não observou o devido processo legal, sendo eivada de flagrante ilegalidade.

Afirmam que "a decisão recorrida sobrou omissa, pois não qualquer um dos fundamentos que demonstram mesmo (sic) a inexistência de fundamentação política para manutenção da Suspensão de Segurança, exceto se política nos dias atuais transformou-se em algo abominado pelo Direito, *venia permissa*." (fls.1000/1001).

Ao final, requerem, que sejam conhecidos e providos os presentes embargos para que seja revogada a suspensão de segurança e a intimação da parte contrária, devido aos efeitos infringentes perseguidos.

É o relatório.



VOTO

Os embargantes, irredignados, buscam por meio dos embargos de declaração efeitos infringentes, alegando ter demonstrado "a ausência de respaldo jurídico ou político capaz de lastrear referido comando jurisdicional" (fl.1002).

Cumpra salientar, de início, que os embargos de declaração constituem instrumento processual com escopo de eliminar do julgamento ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo acórdão ou, ainda, o de corrigir evidente erro material, servindo, dessa forma, como instrumento de aperfeiçoamento do julgado.

Não se prestam, assim, ao reexame, em regra, de atos decisórios apontados como equivocados ou para incluir no debate novos argumentos jurídicos, uma vez que o efeito infringente não é de sua natureza, salvo em situações excepcionais.

Na hipótese, inexistente qualquer omissão no julgado. Pela fragilidade dos argumentos apresentados, infere-se que os Embargantes, não satisfeitos com o resultado do julgado, pretendem, a pretexto de vício no acórdão, tão somente rediscutir a questão já decidida pela Corte Especial.

Com efeito, além de repisarem argumentos já apresentados na petição do agravo regimental, os quais foram analisados sob o prisma dos pressupostos da medida de contracautela, ao adentrar nas razões da alegada omissão, o faz de maneira ininteligível, voltadas a interpretações subjetivas dos fundamentos do acórdão impugnado, afirmando "que a decisão recorrida sobrou omissa, pois não (sic) qualquer um dos fundamentos que demonstram mesmo a inexistência de fundamentação política para manutenção da Suspensão de Segurança, exceto se política nos dias atuais transformou-se em algo abominado pelo Direito" (fl. 1000/1001).

Isso posto, rejeito os embargos de declaração.

*Caio César Ribeiro*



Documento contendo 3 páginas assinado digitalmente pelo(a) DESEMBARGADOR FEDERAL PRESIDENTE, conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que instituiu a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil e Res. nº 397, de 18/10/2004, do Conselho da Justiça Federal. A autenticidade do documento pode ser verificada no site [www.trf1.jus.br/autenticidade](http://www.trf1.jus.br/autenticidade), informando o código verificador 9.180.780.0100.2-09.





VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO  
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO.**

Processo nº: 30008-38.2013.4.01.0000

Recorrentes: Consórcio Metropolitano e Outros

Recorrido: Distrito Federal

**Suspensão de Segurança**

**CONSÓRCIO METROPOLITANO e Outros**, devidamente qualificados nos autos em epígrafe, não se conformando, *data maxima venia*, com o venerando acórdão disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico no dia 10 de dezembro de 2013, vêm, *mui* respeitosamente, perante Vossa Excelência, por intermédio de seus procuradores regularmente constituídos (**doc. 01**), no prazo legal, interpor

## **RECURSO ESPECIAL**

para o colendo Superior Tribunal de Justiça, invocando amparo no permissivo encontrado no artigo 105, inciso III, alíneas "d" e "c", da Constituição Federal, e na conformidade do previsto pelo artigo 541, do Código de Processo Civil, com esteio nos fundamentos jurídicos adiante explicitados.



**VALTER XAVIER**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



Nessas condições, pede-se a Vossa Excelência que determine o cumprimento das formalidades de estilo e, admitido e processado o presente Recurso Especial, seja ele encaminhado ao colendo Superior Tribunal de Justiça, onde espera mereça ser conhecido e provido.

Termos em que pedem e esperam deferimento.

Brasília (DF), 19 de dezembro de 2013.

**VALTER FERREIRA XAVIER FILHO**  
OAB/DF 3137

**VINICIUS DE MOURA XAVIER**  
OAB/DF 31.581

**CATIÚSCIA PACHECO PIRES DE OLIVEIRA**  
OAB/DF 31.804

**CAMILA ARAÚJO MARTINS**  
OAB/DF 34.733





VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Processo nº.: 30008-38.2013.4.01.0000  
Espécie: Suspensão de Segurança  
Recorrentes: Consórcio Metropolitano e Outros  
Recorrido: Distrito Federal  
Origem: Tribunal Regional Federal da Primeira Região  
Permissivo: Artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal

## **QUESTÃO JURÍDICA**

**Violação e interpretação divergente do comando previsto  
no artigo 535 do Código de Processo Civil.**

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MINISTROS  
DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA,**

Em que pese a cultura e o notório saber jurídico dos ilustres componentes da Corte Especial desse egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região, impõe-se a reforma do venerando acórdão recorrido, pelas razões de fato e de direito aduzidas a seguir.

### **I. Das publicações no Diário da Justiça Eletrônico**

Visando ao correto acompanhamento processual, realizado por meio das intimações no Diário da Justiça Eletrônico a partir do sistema de informática do Tribunal e com auxílio dos serviços particulares contratados pelos causídicos dos postulantes, os recorrentes requerem sejam as publicações efetuadas em nome do seguinte patrono, sob pena de nulidade: **Valter Ferreira Xavier Filho – OAB/DF 3.137.**



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



## II. Da tempestividade

O venerando acórdão guerreado foi disponibilizado no Diário Eletrônico da Justiça na data de 10 de dezembro de 2013, terça-feira, conforme certidão encartada nos autos eletrônicos no dia 10 de dezembro de 2013 (**doc.02**)

Dessa forma, considerando-se a publicação no dia 11 de dezembro de 2013, o prazo recursal iniciou em 12 de dezembro de 2013 (quinta-feira), em virtude do Recesso Forense compreendido entre 20 de dezembro de 2013 e 6 de janeiro de 2014, que suspende o prazo recursal, conforme dispõe o artigo 60, parágrafo 2º, da Lei nº. 11.697, de 13 de junho de 2008, e encerrar-se-á em 13 de janeiro de 2013 (segunda-feira).<sup>1</sup>

Portanto, conclui-se, pela protocolização *supra*, que o Apelo Nobre ora aviado é tempestivo, atendendo a esse pressuposto extrínseco de admissibilidade recursal.

## III. Dos demais requisitos de admissibilidade

Trata-se de Suspensão de Segurança julgada em caráter definitivo pelo egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região na qual se incorreu em franca violação ao previsto no artigo 535 do Código de Processo Civil, matéria devidamente prequestionada no momento oportuno.

Logo, cabível o inconformismo com âncora no permissivo do artigo 105, inciso III, alíneas "d" e "c", da Constituição Federal, eis que a decisão recorrida "*contrariou a lei federal*" incidente, a ponto de lhe "*negar vigência*", ensejando, ainda, divergência jurisprudencial.

<sup>1</sup> Lei nº. 11.697/2008, Art. 60: "Será considerado feriado forense o período compreendido entre 20 de dezembro e 6 de janeiro.  
§ 2º Salvo as hipóteses previstas em lei, ficam suspensos os prazos durante o período de feriados forenses."



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



Por todo o exposto e cumpridos os demais requisitos de estilo, tem-se como satisfeitos os pressupostos incidentes, razão por que se roga a Vossa Excelência a análise dos fundamentos que autorizam o conhecimento e o provimento do inconformismo.

Nessas condições, valem-se os ora recorrentes dos tópicos a seguir para detalhar, de forma minuciosa, os fundamentos de fato e de direito que alicerçam a sua convicção; mas não abdicando e expressamente requerendo e contando, desde logo, com os doutos, indispensáveis e inestimáveis subsídios intelectuais dos eminentes integrantes dessa Corte Superior.

#### IV. Dos fatos

Trata-se, na origem, de ação de Ação Declaratória de Nulidade, com pedido de antecipação de tutela, postulando, em suma, suspensão de eficácia da Portaria nº 47, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª. Região, determinando, ainda, a manutenção em poder da Comissão de Licitação e a posterior abertura dos envelopes com as propostas formuladas pelo consórcio autor na Concorrência Pública nº 1/2011 – STCP/DF, em solenidade com observância de todas as regras incidentais na espécie, autorizando-se, se em cotejo com os concorrentes for considerada a melhor proposta, e desde logo, a formalização e assinatura do contrato administrativo pertinente.

Em face do pleito, o MM Juízo Singular deferiu o pleito antecipatório para possibilitar a participação dos Autores no certame público, suspendendo a eficácia da Portaria nº 47 de 26 de fevereiro de 2013, em virtude de sua flagrante ilegalidade. Recorde-se:

*“Vislumbro, neste juízo de cognição sumária, razões para o acolhimento da pretensão acautelatória formulada pelos autores.*

*Com efeito, observo que, do ato administrativo impugnado, consubstanciado na Portaria nº 47, de 20 de fevereiro de 2013*



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

que determinou o cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa anteriormente emitida em favor da autora TRANSPORTE CIDADE BRASÍLIA LTDA., com efeitos retroativos a 15 de janeiro de 2013, não observou adequadamente os postulados do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Cumprе ressaltar que a vigente Constituição da República, em seu artigo 5, inciso LIV E LV, consagrou o princípio do devido processo legal (due process of law), assegurando, ainda, aos litigantes em sentido lato, seja judicial ou administrativamente, as garantias do contraditório e da ampla defesa, nos termos a transcrever:

(...)

Analizando os preceitos constitucionais supra, reputo que a garantia constitucional da ampla defesa exige, para sua concretização no âmbito do processo administrativo, a exemplo do que ocorrer na seara judicial, o exaurimento das instâncias recursais. Aliás, no tocante a esse aspecto da demanda, o colendo Supremo Tribunal Federal já consolidou o entendimento segundo o qual todo direito ou garantia individual assegurado pela Constituição deve ser interpretado e aplicado com a maior amplitude possível. As limitações e contenções legais a direitos, inclusive de ordem constitucional, sim, são interpretadas e aplicadas mais restritivamente.

Partindo de tais premissas, tenho que a Procuradoria da Fazenda Nacional não observou o princípio do devido processo legal e a garantia constitucional da ampla defesa em as inteireza porquanto não concedei oportunidade aos autores para se manifestarem sobre o cancelamento da CPD-EM ainda vigente.

Deveriam os demandantes ser instados a apresentar defesa, bem como ter oportunidade de interpor recurso ou ainda afastar a situação da inadimplência.

Verifico ainda, que os autores ao terem cancelada a CPD-EM, requerem um parcelamento dos débitos e efetuar o pagamento



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



da parcela inicial, conforme documentos juntados às fls. 379/421. Dessa forma, os débitos estão novamente com a exigibilidade suspensa, o que, até prova em contrário, viabiliza a obtenção da CPD-EN.

Embora se possa argumentar que os demandantes poderiam estar agindo de má-fé, ao postularem o parcelamento somente para conseguir ter emitida a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, tenho que dos elementos de informação até aqui reunidos nos autos, ainda é de se presumir a boa-fé dos postulantes.

Deve ser suspensa igualmente a decisão de inabilitação da autora na Concorrência nº 1/2011 - STPC/DF, porquanto foi tomada exclusivamente com base na edição da Portaria nº 47/2013.

Ademais, na hipótese ora submetida à apreciação deste juízo, entendo que, ao menos nesse exame superficial - próprio deste momento de cognição sumária - devem ser prestigiados os princípios da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Confira-se, a título ilustrativo, o seguinte julgado:

(...)

O risco de lesão de difícil reparação (*periculum in mora*) é evidente, na espécie, porquanto a inabilitação conduz à devolução do (s) envelope (s) de proposta (Lei n. 8.666/93, art. 43, inciso II), com prosseguimento do certame, o que alijs, definitivamente, os autores da licitação.

(...)

Assim, no caso, diante dos elementos constantes dos autos entendo que deve ser privilegiado o *periculum in mora* e assegurada a participação do consórcio autor na Concorrência nº 1/2011, até mesmo para se evitar o esvaziamento do abjeto da ação.

Diante o exposto e presentes os pressupostos processuais de urgência no atendimento da prestação jurisdicional e da plausibilidade do direito invocado, DEFIRO, em caráter



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



*incidental do processo ajuizado (Código de Processo Civil, art. 273, § 7º), o provimento CAUTELAR para suspender a eficácia da Portaria nº 47, de 26 de fevereiro de 2013, expedida pela Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 1ª Região, bem como para suspender a decisão administrativa que inabilitou o Consórcio Metropolitano na Concorrência nº 1/2011 – STPC/DF. Determino ainda, ao segundo réu (DISTRITO DEFERAL) que mantenha em poder da Comissão de Licitação da Concorrência nº 1/2011 – STPC/DF os envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano, receba e julgue regularmente ditas propostas nos termos do edital”*

Contra essa decisão, o Distrito Federal formulou Pedido de Suspensão de Segurança junto ao Presidente do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª. Região (30008-38.2013.4.01.0000) e interpôs o Agravo de Instrumento (29991-02.2013.4.01.0000); e a União, por seu turno, também interpôs Agravo de Instrumento (23623-74.2013.401.0000). Desses recursos surgiram duas decisões do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª. Região que suspenderam os efeitos da antecipação concedida pelo juízo singular. No presente feito sobrou proferida decisão deferindo a Suspensão de Segurança pleiteada pelo Distrito Federal. Confira-se:

*“Na hipótese, a decisão de suspender os Contratos de Concessão 007/2013 e 008/2013, celebrados em 26/04/2013, decorreu do entendimento de que o Distrito Federal não cumpriu a ordem do Juízo a quo, que determinara o recebimento e a análise das propostas das autoras da ação judicial, ressaltando que a inabilitação em todos os lotes deu-se pelo mesmo motivo, qual seja, a edição da Portaria 47/2013, que teve sua eficácia suspensa por decisão judicial.*

*Tal inabilitação, como se vê dos autos, deveu-se ao cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos (CPENDs) emitidas em favor de uma das empresas do Consórcio participante do certame, porque a devedora, segundo a Fazenda Nacional (integrante do polo passivo da demanda originária), tem*



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



débitos inscritos em dívida ativa desde 22/08/2012, por isso que, "logo após haver solicitado parcelamento e pago a parcela inicial que o ratifica, emitiu CPENDs e **abandonou o pagamento das parcelas subsequentes**, demonstrando que o seu único desiderato ao pleitear o parcelamento era emitir as CPENDs" (fl. 61 e conforme Processo Administrativo 12221.0000193/2013-14 - fl. 255). Cumpre consignar que a jurisprudência consagrou o entendimento de que "A norma legal aplicável à Execução Fiscal não contém exigência sobre o 'direito de defesa no âmbito administrativo' para elaboração da Certidão de Dívida Ativa - CDA" e bem assim que "Concedido o parcelamento pela Exequirente ao Executado, a Execução ficará suspensa, **salvo comprovado inadimplemento**, até o pagamento da última parcela, ou seja, o cumprimento total da obrigação (AC 2003.38.00.050916-7/MG, Relator Desembargador Federal Catão Alves, DJF 07/05/2010).

É assente, ainda, que o descumprimento do parcelamento torna o crédito tributário exigível e impede a obtenção de CPD-EN (ams 2001.38.00.043004-0/MG, relator Desembargador Federal Reynaldo Fonseca, DJF 16/03/2012). Fica evidenciado, assim, que as decisões do Juízo a quo, adotadas em cognição sumária, portanto sem a certeza da ilegalidade dos atos administrativos questionados, tendo em vista que a exigência de regularidade fiscal está preconizada no art. 27 e 29 da Lei 8.666/93, interferem sobremaneira nas atividades do Poder Público, que pretende garantir à população um modelo mais moderno para o sistema de transporte público do DF.

Nesse contexto, a suspensão da Portaria 47 da Fazenda Nacional, permitindo a participação de Consórcio inabilitado pela Comissão de Licitação, bem como a decisão liminar que suspende os Contratos de Concessão n. 007/2013 e 008/2013, relativamente aos lotes 03 e 04 do Certame, adjudicados às suas respectivas vencedoras, é medida que sobrepõe o interesse pessoal dos Requeridos aos interesses públicos, consubstanciados na concessão dos serviços de transporte



**VALTER XAVIER**  
ADVOGADOS ASSOCIADOS

*coletivo, prejudicando a grande maioria da população do Distrito Federal, que depende desse serviço público para sua locomoção, acarretando, portanto, grave lesão à ordem e à economia pública. Isso posto, defiro o pedido de suspensão das decisões impugnadas.*

*Comunique-se, com urgência ao Juízo a quo. Intimem-se.*

*Após os trâmites legais, não havendo recurso, aquiem-se os autos." (Processo eletrônico - decisão do dia 31/05/2013)*

Manejado Agravo Regimental, a Corte Especial do egrégio Tribunal Regional da Primeira Região manteve a decisão pelos seus próprios fundamentos. Opostos Embargos de Declaração, restaram rejeitados e se assentando a inexistência de omissão, contradição, obscuridade ou ambiguidade; todavia, em desacordo com a ordem jurídica, como se demonstrará adiante.

#### **V. Da decisão guerreada**

No que interessa ao deslinde do presente inconformismo, decidiu o Tribunal *a quo*:

*"Cumpre salientar, de início, que os embargos de declaração constituem instrumento processual com escopo de eliminar do julgamento ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo acórdão ou, ainda, o de corrigir evidente erro material, servindo, dessa forma, como instrumento de aperfeiçoamento do julgado.*

*Não se prestam, assim, ao reexame, em regra, de atos decisórios apontados como equivocados ou para incluir no debate novos argumentos jurídicos, uma vez que o efeito infringente não é de sua natureza, salvo em situações excepcionais.*

*Na hipótese, inexistente qualquer omissão no julgado. Pela fragilidade dos argumentos apresentados, infere-se que os Embargantes, não satisfeitos com o resultado do julgado,*





VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



*pretendem, a pretexto de vício no acórdão, tão somente rediscutir a questão já decidida pela Corte Especial.*

*Com efeito, além de repisarem argumentos já apresentados na petição do agravo regimental, os quais foram analisados sob o prisma dos pressupostos da medida de contracautela, ao adentrar nas razões da alegada omissão, o faz de maneira ininteligível, voltadas a interpretações subjetivas dos fundamentos do acórdão impugnado, afirmando "que a decisão recorrida sobrou omissa, pois não (sic) qualquer um dos fundamentos que demonstram mesmo a inexistência de fundamentação política para manutenção da Suspensão de Segurança, exceto se política nos dias atuais transformasse em algo abominado pelo Direito" (Processo eletrônico – decisão proferida no dia 29/12/2013)*

**VI. Do permissivo encontrado na alínea "a": Da negativa de vigência ao artigo 535 do Código de Processo Civil**

Da leitura do venerando acórdão vergastado denota-se que o egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região apenas chegou à conclusão apresentada em razão de premissa manifestamente equivocada.

Com efeito, ao consignar que "a suspensão da Portaria 47 da Fazenda Nacional, permitindo a participação de Consórcio inabilitado pela Comissão de Licitação, bem como a decisão liminar que suspende os Contratos de Concessão n. 007/2013 e 008/2013, relativamente aos lotes 03 e 04 do Certame, adjudicados às suas respectivas vencedoras, é medida que sobrepõe o interesse pessoal dos Requeridos aos interesses públicos, consubstanciados na concessão dos serviços de transporte coletivo, prejudicando a grande maioria da população do Distrito Federal, o tribunal *a quo* ignorou a cronologia e o conteúdo das normas tratadas na presente lide.



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



Com a mais respeitosa licença, a lide subjacente não versa nem tem o condão de procurar impedir o eventual trâmite de execução fiscal em desfavor de quem quer que seja, porquanto em momento algum se vindicou a expedição de “certidão de regularidade fiscal” ou de qualquer pleito que pudesse apontar nesse sentido. Ao revés, se afirmou – **fato não contrariado nos autos em qualquer momento** – que não havia pendência alguma a justificar a insólita providência desencadeada pela UNIÃO com o inusitado objetivo de atingir a licitação em curso no DISTRITO FEDERAL. Afirmou-se que, apenas tendo em vista a exiguidade de tempo a impedir maiores debates, houve o pagamento imediato de tudo quanto se apontou como devido, sem qualquer questionamento, situação retratada nos autos mediante documento expedido pela pretensa credora e **registrado na respeitável decisão com eficácia abortada**. Logo, se não há o curso de execução fiscal é por falta de crédito fiscal exigível; jamais mercê da antecipação de tutela arrostada neste feito.

Nesse diapasão, não haveria se falar, renovando o pedido de vênia, em “comprovado inadimplemento”, “crédito tributário exigível” nem em “obtenção de CPD-EN”, porquanto a situação fática revelada nos autos subjacentes, conforme, aliás, destacado pela decisão proferida em primeira instância, é de **absoluta regularidade fiscal dos autores**, hoje recorrentes.

Por outro lado, embora não se queira nem se pretenda guerrear a presunção de idoneidade que milita em prol do subscritor da Portaria 47 da Fazenda Nacional, ou de legitimidade e de legalidade dos atos administrativos, impende ressaltar que o debate proposto na demanda subjacente diz respeito, de modo exclusivo, ao fato **incontroverso** de ausência de prévio contraditório para a decisão administrativa que cancelou a dita certidão de regularidade fiscal com efeitos retroativos. Nada mais.

Nessa bitola, exatamente quando o requerente da Suspensão de Segurança argumenta que “a Transporte Cidade Brasília Ltda. **foi incluída** no polo passivo de execuções fiscais ajuizadas contra a Viação Valmir Amaral Ltda., “notórias e contumazes devedoras de tributos, contribuições



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



previdenciárias e verbas trabalhistas”, de modo que a participação de **empresa do Grupo** na licitação para a concessão do serviço de transporte de passageiros no Distrito Federal mostra-se temerária ao interesse público”, deixa incontroverso que a referida sociedade empresária (Transporte Cidade Brasília Ltda.) não era originalmente devedora de nada, e que a cobrança contra ela desencadeada surgiu num repente, coincidentemente no meio da referida licitação, sob a premissa de que faria parte do valetudinário “Grupo Amaral”.

Como se verifica sem maiores dificuldades, então, presumiu-se que a referida entidade faria parte do maisinado “Grupo Amaral” e se pretendeu carrear a ela todas as vicissitudes que acompanham dita organização empresarial, e, sem lhe permitir a oportunidade de ao menos debater essa qualidade – ausente no particular, diga-se de passagem – restringiu-lhe direito de imediato e com efeitos retroativos.

Portanto, o que se buscou na antecipação de tutela hostilizada foi apenas e mais uma vez o reconhecimento judicial, inclusive, de tema alçado ao nível de repercussão geral pelo Pretório Excelso, de que a garantia constitucional do devido processo legal não se concebe existir sem o contraditório e a ampla defesa, e deve ser aplicada a todos os entes da Federação, inclusive à UNIÃO por quaisquer de seus órgãos, dentre eles a Fazenda Nacional. Recorde-se:

**“DIREITO ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO CUJA FORMALIZAÇÃO TENHA REPERCUTIDO NO CAMPO DE INTERESSES INDIVIDUAIS. PODER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SOB O RITO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E COM OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.”**(STF, RE 594296, rel. Min. Menezes Direito, j. 13/11/2008, DJe-030 13-02-2009).



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



"DEVIDO PROCESSO LEGAL - ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - DIREITO DE DEFESA. A **anulação de ato administrativo, que repercute no campo dos interesses individuais, somente pode ocorrer oportunizando-se o direito de defesa, ou seja, instaurando-se processo administrativo.**"(STF, 1ª. Turma, AI 857812 AgR, rel. Min. Marco Aurélio, j. 09/04/2013, Acórdão Eletrônico DJe 23-04-2013).

"2. **Consoante a jurisprudência desta Corte, os atos da Administração Pública que tiverem o condão de repercutir sobre a esfera de interesses do cidadão deverão ser precedidos de prévio procedimento em que se assegure ao interessado o efetivo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.**"(STF, 1ª. Turma, RE 590964 AgR, rel. Min. Dias Toffoli, j. 16/10/2012, Acórdão Eletrônico DJe 09-11-2012).

"RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO. EXERCÍCIO DO PODER DE AUTOTUTELA ESTATAL. REVISÃO DE CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO E DE QUINQUÊNIOS DE SERVIDORA PÚBLICA. **REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA.** 1. Ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados; porém, **se de tais atos já decorreram efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo.** 2. Ordem de revisão de contagem de tempo de serviço, de cancelamento de quinquênios e de devolução de valores tidos por indevidamente recebidos **apenas pode ser imposta ao servidor depois de submetida a questão ao devido processo administrativo, em que se mostra de obrigatória observância o respeito ao princípio do contraditório e da ampla defesa.**"(STF, Pleno, RE 594296, rel. Min. Dias Toffoli, j. 21/09/2011, **Repercussão Geral - Mérito** Acórdão Eletrônico DJe 10-02-2012).



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



Por outro giro, em momento algum se pretendeu o cancelamento ou suspensão dos Contratos de Concessão; ao revés, o que se pleiteou por intermédio do feito subjacente foi que o Poder Judiciário **garantissem o direito à livre concorrência**, expurgando, desde logo, atos cuja suspeição dispensam maiores comentários.

O enfoque do pedido restou, no entanto, mudado maliciosamente pelos Recorridos, haja vista que o único intuito dos aqui Recorrentes era garantir o seu **direito de participar da licitação**, retirado com esteio em uma Portaria flagrantemente **ilegal**, constituída mediante processo **viciado**, concebido exclusivamente com esse desiderato.

Logo, ousam as Recorrentes afirmar que a decisão recorrida sobrou omissa, pois não há argumento algum nela exteriorizado que demonstre a existência de fundamentação política para manutenção da Suspensão de Segurança, exceto se política nos dias atuais transformou-se em algo abominado pelo Direito, *venia permissa*.

Afinal, no quanto interessa à fundamentação política exteriorizada como supedâneo para a busca do decisório aqui hostilizado, supérfluo destacar que não haveria de prosperar nem de merecer a atenção pretendida – *como parece não ter merecido* – a alegação do requerente de que teriam sido atingidos “atos já exauridos da licitação” e capazes de comprometer “o regular andamento da Concorrência 1/2011-STPC/DF”.

Primeiro, porque a prevalecer o absurdo do primeiro argumento, ao Poder Judiciário se tornaria vedado apreciar querelas envolvendo licitações públicas, o que se traduziria em letra morta tanto o prazo previsto na lei para o manejo de mandados de segurança quanto o de prescrição para o debate sobre certames públicos nas vias ordinárias, como sucede no caso concreto. Segundo, porque o que comprometeria realmente “o regular andamento da Concorrência” seria apenas a recalcitrância dos Recorrentes em **permitir mais concorrentes no certame público**



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



em relevo além daqueles por ele escolhido de modo obscuro, capazes de alimentar e recheiar a mídia de escândalos diariamente. E parece restar mesmo discutível uma licitação em que coincidentemente apenas houve um candidato adrede “aprovado” para a disputa de cada lote (ou bacia), obstaculizando a efetiva comparação entre as propostas apresentadas...

Por outro lado, parece que “*temerário ao interesse público*” seria, com a mais respeitosa licença, permitir-se a disputa de um só candidato em certame que “*envolve bilhões de reais em investimentos*”, com a expectativa de faturamento de “*quantia superior a 150 bilhões de reais*”, exatamente nesta Capital da República, palco de recentes escândalos enlizando autoridades do Estado, algumas delas protagonistas do que se considerou o maior julgamento da história do excelso Supremo Tribunal Federal e publicamente realizado no semestre do ano passado.

E isso não fora bastante, parece que a “*expectativa de toda a sociedade local que deseja urgentemente melhoria do transporte público*” afigurar-se-ia incapaz de repercutir na espécie, que cuida apenas da licitação, não do controle de execução dos serviços. Afinal, essa “*melhoria*” depende menos dos empresários participantes da licitação e mais do aparelhamento da fiscalização diuturna dos órgãos públicos encarregados de velar pelo efetivo cumprimento dos contratos administrativos para isso celebrados. E existem mecanismos de sobra na ordem jurídica para impedir o verdadeiro caos constatado nesse setor atualmente em Brasília, *venia concessa*.

## **VII. Do permissivo encontrado na alínea “c”: divergência jurisprudencial quanto à análise do artigo 535 do Código de Processo Civil**

Isso suficiente não fora, impende ainda consignar que o egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região, ao apreciar a hipótese vertente, incorreu em divergência jurisprudencial, dado que esse colendo Pretório Superior sedimentou o



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



posicionamento de que os Embargos de Declaração devem ser acolhidos quando o tribunal tenha decidido a demanda orientado por premissa equivocada. Confira-se:

*“2. O art. 535 do CPC dispõe que são cabíveis embargos de declaração quando a decisão for omissa, obscura ou contraditória, ou quando o julgado embargado decide a demanda orientado por premissa fática equivocada. No caso dos autos, assiste razão à parte embargante no pertinente à ocorrência de premissa equivocada, pois o artigo dito violado foi prequestionado, o que justifica o acolhimento dos aclaratórios, inclusive, com a atribuição de efeitos infringentes.”* (STJ, EDcl no REsp 1221017/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 06/12/2011, DJe 13/12/2011).

*“1. Os aclaratórios podem ser acolhidos com efeitos modificativos quando o acórdão embargado fundar-se em premissa equivocada, o que se deu na espécie, em face de conclusão errônea na aplicação da Súmula 182/STJ.”* (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1152825/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, j. 02/08/2012, DJe 08/08/2012).

*“1. Os embargos de declaração podem ser acolhidos com efeitos modificativos quando o acórdão recorrido fundar-se em premissa equivocada, como na espécie.”* (STJ, EDcl no REsp 1136897/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Humberto Martins, j. 17/04/2012, DJe 25/04/2012).

*“2. A atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração é possível, em hipóteses excepcionais, para corrigir premissa equivocada no julgamento, bem como nos casos em que, sanada a omissão, a contradição ou a obscuridade, a alteração da decisão surja como consequência necessária.”* (STJ, AgRg no REsp 1164912/PR, 3ª Turma, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, j. 16/02/2012, DJe 28/02/2012).



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



A propósito do tema, destaque-se a lição do eminente Ministro Benedito Gonçalves, em sede da análise dos Embargos de Declaração no Agravo Regimental no Recurso Especial nº. 1.152.825:

*"Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça já decidiu ser cabível a correção de erro de fato por meio de embargos declaratórios, especialmente, se o provimento embargado partir de premissas distantes da realidade delineada no processado.*

*Sobre o assunto, confira-se o precedente mais recente:*

*'PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA. TAXA SELIC. APLICAÇÃO EM FASE DE LIQUIDAÇÃO. ACÓRDÃO EXEQUENDO POSTERIOR A 1º. 1.1996. IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA.*

*1. Os embargos de declaração podem ser acolhidos com efeitos modificativos quando o acórdão recorrido fundar-se em premissa equivocada, como na espécie.*

*2. Se o decisum exequendo é posterior à edição da Lei n. 9.250/95, e especifica a correção monetária e os juros de mora, é inviável a inclusão da taxa SELIC em sede de execução, sob pena de violação da coisa julgada. Precedentes. Embargos de declaração da FAZENDA NACIONAL acolhidos, com efeitos modificativos; e embargos de declaração de BANCO BANESTADO S/A prejudicados.*

*(EDcl no REsp 1136897/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/04/2012, DJe 25/04/2012)'*

*Assim, muito embora os embargos de declaração tenham por objetivo sanar as obscuridades ou contradições do julgado, ou suprir omissão sobre tema de pronunciamento obrigatório pelo Tribunal, segundo o comando expresso no art. 535 do CPC, a tal recurso é possível conferir-se efeito modificativo ou infringente, desde que a alteração do julgamento decorra da correção daqueles citados defeitos.*

*Na espécie, a decisão singular, confirmada pelo Colegiado da Primeira Turma, fundamentou-se em premissa fática equivocada, pois, efetivamente, a agravante nas razões do agravo regimental infirmou os fundamentos que aplicou a Súmula 182/STJ, ao consignar que 'impende relevar que os pedidos deduzidos na ação mandamental contemplam efetivamente a discussão de matéria infraconstitucional, bem como o v. Acórdão também se pautou na legislação infra constitucional' (e-STJ fl. 401).*





VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



*É de se relevar também que a discussão tratada nos autos não é eminentemente constitucional, como afirmado na decisão singular. Razão pela qual passo a nova análise do recurso especial apresentado pela empresa." (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1152825/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, j. 02/08/2012, DJe 08/08/2012 – Voto do Relator (doc. 03)).*

Nesse passo, observa-se que a relutância do egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região em apreciar a demanda de acordo com a realidade fática não só viola o disposto no artigo 535 do Código de Processo Civil, como também diverge da jurisprudência desse colendo Superior Tribunal de Justiça, que orienta pela revisão do julgado quando se verificar que esse restou lastreado em premissa equivocada.

Por fim, para não pairar dúvida sobre a divergência jurisprudencial ora suscitada, apresenta-se quadro demonstrativo de cotejo analítico:

	Acórdão Recorrido	Acórdão Paradigma
Fato	Decisão fundamentada em premissa fática equivocada.	Decisão fundamentada em premissa fática equivocada.
Direito	Artigo 535 do Código de Processo Civil.	Artigo 535 do Código de Processo Civil.
Solução	Aclaratórios rejeitados por ausência das hipóteses previstas nos incisos do artigo 535 do Código de Processo Civil.	Reformada a decisão para análise das razões dos recorrentes.

Mercê de tais ponderações, evidente que há de ser admitido e provido este recurso especial com esteio na letra "c" do inciso III do artigo 105, da Constituição Federal, porquanto manifesta a divergência de entendimento acerca do dispositivo supracitado.



VALTER XAVIER  
ADVOGADOS ASSOCIADOS



### VIII. Do pedido

Por todas essas razões, e contando com os inestimáveis subsídios intelectuais de Vossas Excelências, os recorrentes postulam o conhecimento e o provimento do presente Recurso Especial, fortes nas alíneas "a" e "c", do inciso III do artigo 105, da Constituição Federal, para decretar que o venerando acórdão hostilizado negou vigência ao comando esculpido no artigo 535 do Código de Processo Civil, e, ainda, divergiu da orientação jurisprudencial dominante acerca do dito dispositivo, e, assim **reste decretada a sua nulidade**, devendo ser realizado novo julgamento, ou, desde logo e por medida de celeridade judicial e eficácia das decisões do Poder Judiciário, **seja desde logo revogada a suspensão de segurança**, porquanto demonstrada a ausência de respaldo jurídico ou político capaz de lastrear referido comando jurisdicional, com a mais respeitosa licença.

Termos em que pedem e esperam deferimento.

Brasília (DF), 19 de dezembro de 2013.

VALTER FERREIRA XAVIER FILHO  
OAB/DF 3137

VINICIUS DE MOURA XAVIER  
OAB/DF 31.581

CATIÚSCIA PACHECO PIRES DE OLIVEIRA  
OAB/DF 31.804

CAMILA ARAÚJO MARTINS  
OAB/DF 34.733



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª. REGIÃO  
COORDENADORIA DA CORTE ESPECIAL E DAS SEÇÕES  
Petição Eletrônica - FOLHA DE ROSTO

10/01/2014

PRRAR68

**PETIÇÃO**

**Dados Cadastrais**

Nº e-Proc : 11180413

Petição JURIS : 3272814 - Incidental

Data de Entrada 19/12/2013 15:21

Tipo : 8036 RECURSO ESPECIAL

Assunto : RECURSO

Processo : (d) 0030008-38.2013.4.01.0000

Proc Ori :

UF Ori :

**PETICIONANTE**

**Dados Complementares**

OAB :

Nome : CATIUSCIA PACHECO PIRES DE OLIVEIRA

**DOCUMENTOS**

Tipo	Descrição	Nome	Hash do Arquivo (SHA1)
Recurso Especial Peticao Incidental	Petição Incidental	10000011180413201312195.pdf	29a26484f2f8fdd547af2029c60e5e460fc95925
Custas Guia De Preparo	Guia de Preparo	10000011180413201312196.pdf	b89386385c04bec4b4f3efc2f9de948cf1709609
Substabelecimento	Substabelecimento	10000011180413201312197.pdf	8e862bfc58c786490b05e5553cc5b69891924dd2
Comprovante De Intimacao	Comprovante de Intimação	10000011180413201312198.pdf	1813965f32c78a99226b14ceeb77fa0fcff26114
Acordao Paradigma Documentos	Ficha Financeira	10000011180413201312199.pdf	5b1f8a997f54b42fd5181b0db3ecf9fa045846e8

Qtd. Documentos 5

**DADOS DO USUÁRIO**

**Informações Complementares**

Matrícula : TR3103

Nome : ROBSON CARVALHO DE PAIVA

Data : 10/01/2014 12:43:57



Documento emitido por processo eletrônico, por ROBSON CARVALHO DE PAIVA, em 10/01/2014, com base na Lei nº 11.419 de 19.12.2006.  
A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.gov.br/autenticidade>, mediante código 94728540100274.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

PROCESSO: 30008-38.2013.4.01.0000

Recorrente: Consórcio Metropolitano

DISTRITO FEDERAL, já devidamente qualificado nos autos do recurso especial tombado sob o número em epígrafe, vem, com o devido respeito e acatamento, por intermédio do seu Procurador que a esta subscreve, regularmente constituído por força de lei, apresentar suas

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL**

interposto contra a acórdão prolatado por esta Corte, fazendo-o com arrimo nos fundamentos de fato e de direito aduzidos a frente.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2014

70 7177  
MARCOS VINÍCIUS WITCZAK  
Procurador do Distrito Federal  
OAB/DF N. 11.923



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD**

---

**Recorrente: Consórcio Metropolitano**

**Recorrido: Distrito Federal**

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL**

**EGRÉGIO TRIBUNAL,**

**COLEDA PRESIDÊNCIA,**

**EMÉRITO DESEMBARGADOR PRESIDENTE,**

**I. BREVE HISTÓRICO DO RECURSO ESPECIAL**

O presente recurso especial foi interposto em face de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal que não proveu o Agravo Regimental do ora recorrente, complementado pelo acórdão dos embargos de declaração.

Alega violação ao art. 535 do CPC.

Em uma breve síntese, era o que tinha a ser relatado.

**II. DA TEMPESTIVIDADE**

O agravado foi intimado para oferecer contrarrazões por meio de publicação divulgada no DJE de 13/02/2014. Assim, a teor do que dispõem os §§ 3º e 4º do art. 4º da Lei 11.419/2006, afiguram-se plenamente tempestivas as presentes contrarrazões.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

**III. DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DE  
ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL.**

**III. a) Da inadmissibilidade do recurso especial em Suspensão de  
Segurança: Juízo Político da decisão e Reexame de Provas (Súmula 7,  
STJ)**

O recurso não merece ser conhecido porquanto pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de inadmitir recurso especial contra decisão de cunho político, como o são aquelas proferidas em sede de pedido de suspensão de segurança, o que ocorre nos autos em comento.

Com efeito, em situações tais, o apelo também encontra óbice no enunciado da Súmula n. 7 do STJ, tendo em vista o caráter fático dos pressupostos condicionantes da aplicação do preceito legal que serviu de base para o deferimento da medida. *In verbis*:

**"A PRETENSÃO DE SIMPLES REEXAME DE PROVA NÃO  
ENSEJA RECURSO ESPECIAL."**

Com a devida vênia aos que entendem o contrário, **o pedido de reforma do acórdão proferido enseja reexame de prova, sendo isto inviável na via extrema.**

O Superior Tribunal de Justiça entende de maneira idêntica, veja-se:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. CARACTERIZAÇÃO IN RE IPSA DOS DANOS. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE, IN CASU. SÚMULA 07/STJ.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD



**1. O reexame do conjunto fático-probatório carreado aos autos é atividade vedada à esta Corte superior, na via especial, nos expressos termos do enunciado sumular n.º 07 do STJ.**

2. Consoante entendimento consolidado desta Corte Superior, nos casos de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, os danos caracterizam-se in re ipsa, isto é, são presumidos, prescindem de prova (Precedente: REsp n.º 1059663/MS, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 17/12/2008).

3. Na via especial, somente se admite a revisão do valor fixado pelas instâncias de ampla cognição a título de indenização por danos morais, quando estes se revelem nitidamente ínfimos ou exacerbados, extrapolando, assim, os limites da razoabilidade, o que não se verifica in casu.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

Confira-se, a propósito, o entendimento sufragado no seguinte aresto quanto à natureza política da decisão proferida em suspensão de segurança, onde são avaliados a lesividade à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas:

PROCESSUAL CIVIL - MANDADO DE SEGURANÇA - LIMINAR  
- PEDIDO DE SUSPENSÃO FUNDADO NA LEI 4.348/64, ART.  
4º - DECISÃO DE TRIBUNAL LOCAL - PRECEDENTE.

- A decisão suspensiva da execução de medida liminar, em mandado de segurança, na forma do art. 4º da Lei 4.348/64 é resultado de Juízo político a respeito da lesividade do ato judicial à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, não se sujeitando a recurso especial, em que as controvérsias são decididas à base de juízo de legalidade; é,



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

pois, da estrita competência do Tribunal (Presidente e Plenário), a que o juiz que a proferiu está vinculado.

- Recurso não conhecido." (REsp n. 116.832, relator Ministro Francisco Peçanha Martins, DJ de 28/02/2000.)

Em acórdão recentíssimo, foi reafirmada a jurisprudência da Corte, em hipótese que envolvia justamente a concorrência subjacente ao presente caso:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO. OMISSÃO INEXISTENTE.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.
2. Esta Corte Superior posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o presente pedido de suspensão ostenta juízo político. Ademais, "ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp 1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).

3. O art. 4º da Lei nº 8437/92 determina que "compete ao presidente do tribunal, ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, suspender, em despacho fundamentado, a execução da liminar nas ações movidas contra o Poder Público ou seus agentes, a requerimento do Ministério Público ou da pessoa jurídica de direito público interessada, em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas".

4. No presente caso, foi apresentada pelo Distrito Federal para suspender a eficácia de decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Falências e Recuperações Judiciais, Insolvência Civil e Litígios Empresariais do Distrito Federal, nos autos de Ação de Recuperação Judicial, no sentido de excluir da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST as linhas operadas pela empresa LOTAXI - Transportes Urbanos Ltda. A suspensão da licitação em relação às linhas operadas pela empresa recorrente inviabilizaria o processo licitatório, pois impediria a implantação do novo modelo de transporte público, no qual o DF seria geograficamente dividido em bacias ou lotes. Sendo a ordem do juiz de base apta a causar grave lesão à ordem pública, o ente público procurou o caminho da suspensão da segurança para impedir tal ato. **Ou seja, a suspensão de segurança não foi utilizada como sucedâneo recursal, mas sim como instrumento legal apto a coibir decisão judicial flagrantemente prejudicial ao interesse público e apta a causar grave lesão à ordem e à economia públicas.**



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

5. Ademais, o §6º do artigo 4º da Lei nº 8.437/92 é imperativo ao afirmar que "a interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo", ou seja, o alcance do recurso de agravo de instrumento e da suspensão de segurança são distintos, uma vez que nessa última, o Presidente do Tribunal exercerá juízo não meramente jurídico, mas principalmente um juízo político, decidindo sobre a ocorrência de lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas, para suspender ou não os efeitos da decisão judicial.

6. Não houve análise do fato superveniente alegado, a uma porque tal fato (existência do Decreto nº 33.556/12) não é novo, datado de 1º de março de 2012, a duas porque o recurso especial sequer foi conhecido, o que impediria a análise de tal ponto. Mesmo que assim não fosse, o referido Decreto determina a continuidade da prestação de serviços de transporte coletivo público durante o período de transição para as novas concessões, enquanto o objeto do recurso especial é bem distinto: pretende-se que as linhas atualmente operadas pela recorrente sejam simplesmente excluídas da licitação, inviabilizando o certame. Dessa forma, o "fato novo" não influenciaria em nada o julgamento dos autos.

7. Por meio dos aclaratórios, é nítida a pretensão da parte embargante em provocar rejuízo da causa, situação que, na inexistência das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, não é compatível com o recurso protocolado.

8. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1379717/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 18/11/2013)



**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**  
**PROCAD**

---

Assim, não há dúvida de que o recurso especial é incabível na hipótese, seja porque o acórdão proferido em suspensão de segurança refere-se a juízo político seja porque para se verificar a suposta ofensa ao dispositivo legal referenciado é imprescindível revolver os elementos de fato e a prova de cada caso, providência vedada em recurso especial ante o enunciado da Súmula 7/STJ. Assim, tem-se que o recurso em exame está fadado ao seu não conhecimento, pelo que desde já se requer.

#### **IV. DO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL.**

##### **IV. a) Da inexistência de violação ao artigo 535 do CPC.**

No que tange a violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, não se verifica nulidade por omissão, tampouco negativa de prestação jurisdicional, no acórdão que decide de modo integral e com fundamentação suficiente a controvérsia posta. O Tribunal de origem, no caso, julgou com fundamentação suficiente a matéria devolvida à sua apreciação. Ademais, o juízo não está obrigado a se manifestar a respeito de todas as alegações e dispositivos legais suscitados pelas partes.

Ressalte-se, ainda, que a alegação de que o Tribunal de origem parte de premissa equivocada uma vez mais demandaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta sede especial, a teor da Súmula 07/STJ.

Por fim, o recurso especial não pode ser conhecido quanto à interposição pela alínea c do permissivo constitucional, pois o dissídio jurisprudencial não foi comprovado conforme estabelecido nos arts. 541, parágrafo único, do CPC, e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. A simples transcrição de ementas não é suficiente para a comprovação do dissídio. No caso, não houve o devido cotejo entre o acórdão recorrido e os paradigmas indicados.



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

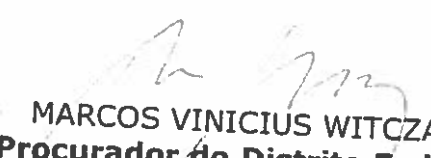
---

**V. DA CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto neste arrazoadado, o Distrito Federal requer e espera que essa Egrégia Turma, **não conheça do recurso especial** ora interposto e, caso assim não seja, o que se admite somente para argumentar, **no mérito, lhe negue provimento**, na medida em que as razões recursais não refutam os substanciosos fundamentos da decisão recorrida, tudo por ser de direito e de lúdima Justiça.

Termos em que espera deferimento.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2014

  
MARCOS VINICIUS WITCZAK  
Procurador do Distrito Federal  
OAB/DF N. 11.923



VALTER XAVIER



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO  
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO.**

Processo nº: 30008-38.2013.4.01.0000

Recorrentes: **Consórcio Metropolitano e Outros**

Recorridos: União e Outro

**Recurso Especial**

**CONSÓRCIO METROPOLITANO E OUTROS**, devidamente identificados e qualificados nos autos supra, vêm, *mui* respeitosamente, perante Vossa Excelência, por seus procuradores regularmente constituídos, com fulcro no artigo 544 do Código de Processo Civil, interpor

## **A G R A V O**

para o colendo Superior Tribunal de Justiça, haja vista que não se conforma com a respeitável decisão disponibilizada em 1ª de dezembro de 2014, por intermédio da qual essa ilustrada presidência não admitiu o Recurso Especial oportuna e adequadamente oferecido.



VALTER XAVIER

114

Agravantes: **Consórcio Metropolitano e Outros**  
Agravados: **União e Outro**  
Origem: **Tribunal Regional Federal da Primeira Região**  
Processo: **30008-38.2013.4.01.0000**  
Espécie: **Recurso Especial**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO  
DO COLENDO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Em que pese a cultura e o notório saber jurídico do eminente Desembargador Presidente do egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região, impõe-se a reforma do venerando decisório recorrido, pelas razões de fato e de direito aduzidas a seguir.

**I. Das publicações no Diário da Justiça Eletrônico**

Visando ao correto acompanhamento processual, realizado por intermédio das intimações no Diário da Justiça Eletrônico, a partir do sistema de informática do Tribunal e com auxílio dos serviços particulares contratados pelos causídicos dos recorrentes, requer sejam as publicações efetuadas em nome do seguinte patrono, sob pena de nulidade:

**Valter Ferreira Xavier Filho – OAB/DF 3.137**



autores. Com efeito, observo que, do ato administrativo impugnado, consubstanciado na Portaria nº 47, de 20 de fevereiro de 2013 que determinou o cancelamento de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa anteriormente emitida em favor da autora TRANSPORTE CIDADE BRASÍLIA LTDA., com efeitos retroativos a 15 de janeiro de 2013, não observou adequadamente os postulados do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Cumpre ressaltar que a vigente Constituição da República, em seu artigo 5, inciso LIV E LV, consagrou o princípio do devido processo legal (due process of law), assegurando, ainda, aos litigantes em sentido lato, seja judicial ou administrativamente, as garantias do contraditório e da ampla defesa, nos termos a transcrever: (...) Analisando os preceitos constitucionais supra, reputo que a garantia constitucional da ampla defesa exige, para sua concretização no âmbito do processo administrativo, a exemplo do que ocorrer na seara judicial, o exaurimento das instâncias recursais. Aliás, no tocante a esse aspecto da demanda, o colendo Supremo Tribunal Federal já consolidou o entendimento segundo o qual todo direito ou garantia individual assegurado pela Constituição deve ser interpretado e aplicado com a maior amplitude possível. As limitações e contenções legais a direitos, inclusive de ordem constitucional, sim, são interpretadas e aplicadas mais restritivamente. Partindo de tais premissas, tenho que a Procuradoria da Fazenda Nacional não observou o princípio do devido processo legal e a garantia constitucional da ampla defesa em as inteireza porquanto não concedei oportunidade aos autores para se manifestarem sobre o cancelamento da CPD-EM ainda vigente. Deveriam os demandantes ser instados a apresentar defesa, bem como ter oportunidade de interpor recurso ou ainda afastar a situação da inadimplência. Verifico ainda, que os autores ao terem cancelada a CPD-EM, requerem um parcelamento dos débitos e efetuara o pagamento da parcela inicial, conforme documentos juntados às fls. 379/421. Dessa forma, os débitos estão novamente com a exigibilidade



*envelopes contendo as propostas apresentadas pelo Consórcio Metropolitano, receba e julgue regularmente ditas propostas nos termos do edital"*

Entretanto, contra essa decisão, o Distrito Federal formulou Pedido de Suspensão de Segurança junto ao Presidente do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª. Região (30008-38.2013.4.01.0000) e interpôs o Agravo de Instrumento (29991-02.2013.4.01.0000); e a União, por seu turno, também interpôs Agravo de Instrumento (23623-74.2013.4.01.0000). Desses recursos surgiram duas decisões do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª. Região que suspenderam os efeitos da antecipação concedida pelo juízo singular. O presente feito ainda da decisão proferida quanto à Suspensão de Segurança pleiteada pelo Distrito Federal. Confira-se:

*"Na hipótese, a decisão de suspender os Contratos de Concessão 007/2013 e 008/2013, celebrados em 26/04/2013, decorreu do entendimento de que o Distrito Federal não cumpriu a ordem do Juízo a quo, que determinara o recebimento e a análise das propostas das autoras da ação judicial, ressaltando que a inabilitação em todos os lotes deu-se pelo mesmo motivo, qual seja, a edição da Portaria 47/2013, que teve sua eficácia suspensa por decisão judicial. Tal inabilitação, como se vê dos autos, deveu-se ao cancelamento das Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos (CPENDs) emitidas em favor de uma das empresas do Consórcio participante do certame, porque a devedora, segundo a Fazenda Nacional (integrante do polo passivo da demanda originária), tem débitos inscritos em dívida ativa desde 22/08/2012, por isso que, "logo após haver solicitado parcelamento e pago a parcela inicial que o ratifica, emitiu CPENDs e **abandonou o pagamento das parcelas subsequentes**, demonstrando que o seu único desiderato ao pleitear o parcelamento era emitir as CPENDs" (fl. 61 e conforme Processo Administrativo 12221.0000193/2013-14 - fl. 255). Cumpre consignar que a jurisprudência consagrou o*





VALTER XAVIER

*aquiem-se os autos." (Processo eletrônico – decisão do dia 31/05/2013)*

Manejado Agravo Regimental, a Corte Especial do egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região manteve a decisão pelos seus próprios fundamentos. Opostos Embargos de Declaração, restaram rejeitados e se assentou a inexistência de omissão, contradição, obscuridade ou ambiguidade; todavia, em desacordo com a ordem jurídica.

#### **IV. Da decisão guerreada**

No que interessa ao deslinde da controvérsia, assim decidiu o ilustre Presidente do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região:

*"O recurso não merece prosperar. O Superior Tribunal de Justiça em sintonia com o disposto na Súmula nº 735 do STF (Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa" (AgRg no AREsp 464.505/MS, Ministra Maria Isabel Galllotti, Quarta Turma, DJe 08/04/2014). Ante o exposto, não admito o recurso especial." (Processo eletrônico – decisão proferida no dia 16/10/2014)*



VALTER XAVIER

*política ou administrativa, em que pese o objeto envolver a análise de conceitos jurídicos indeterminados, como segurança, ordem, saúde e economia. Desta forma é cabível o recurso especial.” (STJ, Segunda Turma, REsp 1.284.520/GO, rel. Min. Humberto Martins, j. 04/09/2012, DJe 07/03/2013).*

Por outro giro, o egrégio Tribunal Regional Federal da Primeira Região ao consignar que “a suspensão da Portaria 47 da Fazenda Nacional, permitindo a participação de Consórcio inabilitado pela Comissão de Licitação, bem como a decisão liminar que suspende os Contratos de Concessão n. 007/2013 e 008/2013, relativamente aos lotes 03 e 04 do Certame, adjudicados às suas respectivas vencedoras, é medida que sobrepõe o interesse pessoal dos Requeridos aos interesses públicos, consubstanciados na concessão dos serviços de transporte coletivo, prejudicando a grande maioria da população do Distrito Federal”, ignorou a cronologia e o conteúdo das normas tratadas na presente lide.

Com efeito, a lide subjacente não versa, nem tem o condão de procurar impedir o eventual trâmite de execução fiscal em desfavor de quem quer que seja, porquanto em momento algum se vindicou a expedição de “certidão de regularidade fiscal” ou de qualquer pleito que pudesse apontar nesse sentido. Ao revés, se afirmou – **fato não contrariado nos autos em qualquer momento** – que não havia pendência alguma a justificar a insólita providência desencadeada pela UNIÃO com o inusitado objetivo de atingir a licitação em curso no DISTRITO FEDERAL. Afirmou-se que, apenas tendo em vista a exiguidade de tempo a impedir maiores debates, houve o pagamento imediato de tudo quanto se apontou como devido, sem qualquer questionamento, situação retratada nos autos mediante documento expedido pela pretensa credora e registrado na respeitável decisão com eficácia abortada. Logo, se não há o curso de execução fiscal é por falta de crédito fiscal exigível; jamais mercê da antecipação de tutela arrostada neste feito.



VALTER XAVIER

Portanto, o que se buscou na antecipação de tutela hostilizada foi apenas e mais uma vez o reconhecimento judicial, inclusive, de tema alçado ao nível de repercussão geral pelo Pretório Excelso, de que a garantia constitucional do devido processo legal não se concebe existir sem o contraditório e a ampla defesa, e deve ser aplicada a todos os entes da Federação, inclusive à UNIÃO por quaisquer de seus órgãos, dentre eles a Fazenda Nacional. Recorde-se:

**"DIREITO ADMINISTRATIVO. ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO CUJA FORMALIZAÇÃO TENHA REPERCUTIDO NO CAMPO DE INTERESSES INDIVIDUAIS. PODER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO SOB O RITO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E COM OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL."**(STF, RE 594296, rel. Min. Menezes Direito, j. 13/11/2008, DJe13/02/2009).

**"DEVIDO PROCESSO LEGAL - ANULAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO - DIREITO DE DEFESA. *A anulação de ato administrativo, que repercute no campo dos interesses individuais, somente pode ocorrer oportunizando-se o direito de defesa, ou seja, instaurando-se processo administrativo.*"**(STF, 1ª. Turma, AI 857812 AgR, rel. Min. Marco Aurélio, j. 09/04/2013, DJe 23/04/2013).

**"2. Consoante a jurisprudência desta Corte, os atos da Administração Pública que tiverem o condão de repercutir sobre a esfera de interesses do cidadão deverão ser precedidos de prévio procedimento em que se assegure ao interessado o efetivo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa."**(STF, 1ª. Turma, RE 590964 AgR, rel. Min. Dias Toffoli, j. 16/10/2012, DJe 09/11/2012).



VALTER XAVIER

merecido – a alegação do requerente de que teriam sido atingidos “atos já exauridos da licitação” e capazes de comprometer “o regular andamento da Concorrência 1/2011-STPC/DF”.

Primeiro, porque a prevalecer o absurdo do primeiro argumento, ao Poder Judiciário se tornaria vedado apreciar querelas envolvendo licitações públicas, o que se traduziria em letra morta tanto o prazo previsto na lei para o manejo de mandados de segurança quanto o de prescrição para o debate sobre certames públicos nas vias ordinárias, como sucede no caso concreto. Segundo, porque o que comprometeria realmente “o regular andamento da Concorrência” seria apenas a recalitrância dos Agravantes em permitir mais concorrentes no certame público em relevo além daqueles por eles escolhidos de modo obscuro, capazes de alimentar e recheiar a mídia de escândalos diariamente. E parece restar mesmo discutível uma licitação em que coincidentemente apenas houve um candidato adrede “aprovado” para a disputa de cada lote (ou bacia), obstaculizando a efetiva comparação entre as propostas apresentadas...

Por outro lado, parece que “temerário ao interesse público” seria, com a mais respeitosa licença, permitir-se a disputa de um só candidato em certame que “envolve bilhões de reais em investimentos”, com a expectativa de faturamento de “quantia superior a 150 bilhões de reais”, exatamente nesta Capital da República, palco de recentes escândalos enlizando autoridades do Estado, algumas delas protagonistas do que se considerou o maior julgamento da história do excelso Supremo Tribunal Federal e publicamente realizado no primeiro semestre do ano passado.

E isso não fora bastante, parece que a “expectativa de toda a sociedade local que deseja urgentemente melhoria do transporte público” afigurar-se-ia incapaz de repercutir na espécie, que cuida apenas da licitação, não do controle de execução dos serviços. Afinal, essa “melhoria” depende menos dos empresários participantes da licitação e mais do aparelhamento e da fiscalização diuturna dos órgãos públicos encarregados de velar pelo efetivo cumprimento dos



422

**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**  
**PROCAD**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**

**PROCESSO N. 30008-38.2013.4.01.0000**

**AGRAVANTE: CONSÓRCIO METROPOLITANO E OUTROS**

**AGRAVADO: DISTRITO FEDERAL**

**DISTRITO FEDERAL**, já qualificado nos autos, por intermédio da Procuradora do Distrito Federal ao final subscrita, vem à presença de Vossa Excelência, apresentar

**CONTRAMINUTA AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL,**

interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial do agravante, requerendo seu recebimento e processamento, com base nos fundamentos adiante aduzidos.

Pede deferimento.

Brasília-DF, 13 de março de 2015.

**Camila Rocha Portela**

Procuradora do Distrito Federal

OAB-DF n. 41.194



PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

123

**PROCESSO N. 30008-38.2013.4.01.0000**

**AGRAVANTE: CONSÓRCIO METROPOLITANO E OUTROS**

**AGRAVADO: DISTRITO FEDERAL**

**CONTRAMINUTA AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL**

**EGRÉGIO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA,**

**SENHORES MINISTROS,**

**I – DA SINOPSE FÁTICA**

A agravante insurge-se contra a decisão que inadmitiu seu recurso especial, com base nos seguintes fundamentos, no pertinente:

"O Superior Tribunal de Justiça em sintonia com o disposto na Súmula nº 735 do STF (Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar), entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa" (AgRg no AREsp 464.505/MS, Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe 08/04/2014)."

Alega a agravante a existência de violação ao art. 535 do CPC, visto que a decisão recorrida partiu de "premissa equivocada". Pleiteia a decretação de nulidade do acórdão recorrido, com o retorno dos autos à origem para novo julgamento.



124

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

Em que pese os argumentos expendidos pelo agravante, o recurso merece ser desprovido, conforme se demonstrará adiante.

## **II - DO NÃO CABIMENTO DE RECURSO ESPECIAL**

A decisão ora agravada deve ser mantida, tendo em vista o não cabimento de recurso especial na hipótese.

Com efeito, o acórdão recorrido confirmou a decisão do Presidente do Tribunal que suspendeu a liminar proferida pelo Juízo de primeiro grau, considerando a possibilidade de grave lesão à ordem e à economia pública, nos moldes do art. 4º da Lei 8.437/92.

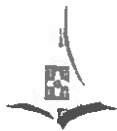
Nesse contexto, esta Corte Superior tem adotado entendimento no sentido de que o juízo exercido no julgamento do pedido de suspensão ostenta **natureza política**, motivo pelo qual é incabível o recurso especial, que é voltado à análise de questões de legalidade.

Vejamos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. MEDIDA CAUTELAR. ACÓRDÃO EM PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. DECISÃO COM NATUREZA POLÍTICA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO. OMISSÃO INEXISTENTE.

1. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

2. **Esta Corte Superior posicionou-se de forma clara, adequada e suficiente no sentido de não ser cabível o recurso especial de decisões proferidas no âmbito do pedido de suspensão de segurança, uma vez que o apelo extremo visa combater argumentos que digam respeito a exame de legalidade, ao passo que o presente pedido de suspensão ostenta juízo político.** Ademais, "ainda que o pleito, no recurso especial, recaia sobre questões formais no procedimento de suspensão de liminar, tal fato não possui o condão de alterar a natureza jurídica da decisão que concede ou nega a suspensão. Eventuais irregularidades formais constituem ilegalidade a ser enfrentada na via mandamental, e não no recurso especial" (AgRg no REsp



125

PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

1207495/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/04/2011, DJe 26/04/2011).

(...)

(EDcl no REsp 1379717/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/11/2013, DJe 18/11/2013)"

Não bastasse isso, é sabido que no pedido de suspensão não há uma análise exaustiva mérito da causa principal. A celeuma cinge-se à existência de risco de lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.

Contudo, no presente caso, a parte agravante almeja discutir questões que devem ser decididas no curso do processo principal, com base num juízo de cognição exauriente, isto é, após ampla dilação probatória.

Ocorre que, conforme dispôs a Min. Ellen Grace Northfleet no julgamento do Agravo Regimental na Suspensão de Segurança n. 3273-RJ, no pedido de suspensão de segurança não cabe "examinar com profundidade e extensão as questões envolvidas na lide, devendo a análise limitar-se apenas aos aspectos concernentes à potencialidade lesiva do ato decisório impugnado".

E tal risco restou devidamente comprovado presente caso, conforme se depreende do seguinte trecho da decisão impugnada.

"Nesse contexto, a suspensão da Portaria 47 da Fazenda Nacional, permitindo a participação de Consórcio inabilitado pela Comissão de Licitação, bem como a decisão liminar que suspende os Contratos de Concessão n. 007/2013 e 008/2013, relativamente aos lotes 03 e 04 do Certame, adjudicados às suas respectivas vencedoras, é medida que sobrepõe o interesse pessoal dos Requeridos aos interesses públicos, consubstanciados na concessão dos serviços de transporte coletivo, prejudicando a grande maioria da população do Distrito Federal, que depende desse serviço público para sua locomoção, acarretando, portanto, grave lesão à ordem e à economia pública."

Por outro ângulo, revela-se incabível o recurso especial, ante a vedação prescrita na Súmula nº 7 desta Corte Superior.

A bem da verdade, a análise acerca da existência de risco à ordem e à economia públicas demanda dilação probatória, o que é vedado nessa instância.





PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL  
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA  
PROCAD

Não bastasse isto, a agravante assenta seu pedido em argumentos fáticos que não prescindem do exame do acervo probatório dos autos principais. E não apenas isso, tais questões precisam ser submetidas ao crivo do contraditório e da ampla defesa, não podendo, a essa altura e por esta via estreita, serem tomadas com verdadeiras.

### III – DO MÉRITO RECURSAL

Por fim, vale destacar que o argumento do agravante de violação ao art. 535 do CPC não passa de um mero inconformismo com o teor da decisão recorrida.

Com efeito, as questões discutidas pelo agravante não passam de meras reiterações dos recursos de agravo interno e embargos de declaração, questões estas que foram devidamente apreciadas e refutadas pelo Juízo *a quo*.

Nesse sentido, é a jurisprudência pacífica desta Corte:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. MERO INCONFORMISMO. (...)

1. O mero inconformismo com a decisão combatida não configura ofensa ao art. 535 do CPC, porquanto não se vislumbra existência de omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada, nem se prestam os embargos de declaração opostos a modificar, por via oblíqua, o referido julgado.

(...)

Recurso especial improvido.

(REsp 1466747/PE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 03/03/2015)

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. OMISSÃO INEXISTENTE. INCONFORMISMO COM A TESE ADOTADA. COMPENSAÇÃO EFETIVADA VIA DCTF POR FORÇA DE LIMINAR. CASSAÇÃO DO ÓBICE. TERMO INICIAL DA EFETIVA COBRANÇA DO VALOR DECLARADO. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. OCORRÊNCIA. SÚMULA 436/STJ.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas.



122

**PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**PROCURADORIA ADMINISTRATIVA**  
**PROCAD**

**2. Entendimento contrário ao interesse da parte e omissão no julgado são conceitos que não se confundem.**

(...)

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1419553/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/02/2015, DJe 03/03/2015)

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA. MERO INCONFORMISMO. IPTU. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DO TRIBUTO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ.

**1. Não há ofensa ao art. 535, II, do CPC por suposta omissão no julgado, se o aresto solucionou a controvérsia de forma completa e suficientemente fundamentada, apenas adotando entendimento contrário à pretensão da parte recorrente.**

(...)

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 604.486/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2015, DJe 12/02/2015)

Por esses motivos, é que o presente recurso merece ser desprovido.

**IV – DO PEDIDO**

Ante o exposto, requer o Distrito Federal o desprovido do presente agravo, com a manutenção da decisão ora impugnada.

Pede deferimento.

Brasília-DF, 13 de março de 2015.

**Camila Rocha Portela**

Procuradora do Distrito Federal

OAB-DF n. 41.194